

Transição para o Ensino Superior: Repensar o papel da autarquia na fase de transição académica dos/as alunos/as entre o ensino secundário e o ensino superior

Rúben Filipe Gonçalves Queirós

M

2022



Transição para o Ensino Superior: Repensar o papel da autarquia na fase de transição académica dos/as alunos/as entre o ensino secundário e o ensino superior

Rúben Filipe Gonçalves Queirós

Relatório para obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, sob a orientação da Profa. Doutora Amélia Veiga.

Porto, junho de 2022

Resumo

Este trabalho consiste na elaboração do Relatório Final do estágio curricular realizado no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação, no domínio do Ensino Superior: Políticas, Governação e Administração Institucionais lecionado pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, entre 2020 e 2022.

Este estágio desenvolveu-se no Departamento de Intervenção Social da Câmara Municipal de Matosinhos, mais concretamente na Divisão de Inovação Educativa e Pedagógica, em Matosinhos, durante o ano letivo 2021/2022, tendo como principais objetivos: estudar os processos de orientação vocacional/ para a carreira que as equipas da autarquia e das escolas secundárias realizam; identificar os métodos e técnicas utilizados pelas escolas e autarquias para promover a transição dos/as alunos/as entre o ensino secundário e o ensino superior.

Este relatório estrutura-se em 5 capítulos ao longo dos quais é possível observar uma reflexão sobre os objetivos de estágio propostos anteriormente, assim como todo o processo de intervenção que desenvolvi.

No presente relatório irá também estar contemplada uma apresentação do local de estágio, assim como da sua orgânica e do ambiente que encontrei, exponho também os motivos que me levaram a esta escolha.

Ao longo da descrição da minha intervenção no contexto de estágio, esta será sempre acompanhada por um aprofundamento da temática do estágio, no sentido de explicitar a minha perspetiva sobre o tema em questão. Constará também, a identificação dos serviços da autarquia e das escolas secundárias, bem como o papel que a primeira tem no processo de transição entre o ensino secundário e o ensino superior, sobretudo na concertação da oferta formativa concelhia e do processo de orientação vocacional e como estes serviços são explorados.

Posteriormente reflito sobre a experiência e o papel do futuro mestre em ciências da educação, expondo também algumas das limitações, concluindo, em seguida, com a minha visão e síntese final em relação à formação desenvolvida.

Palavras-chave: oferta formativa; orientação escolar; transição entre o ensino secundário e o ensino superior.

Abstract

This work consists of the elaboration of the Final Report of the curricular internship carried out within the scope of the Master in Education Sciences, in the field of Higher Education: Institutional Policies, Governance and Administration taught by the Faculty of Psychology and Educational Sciences of the University of Porto, between 2020 and 2022.

This internship was carried out in the Department of Social Intervention of the Municipality of Matosinhos, more specifically in the Division of Educational and Pedagogical Innovation, in Matosinhos, during the academic year 2021/2022, with the main objectives: to study the processes of vocational guidance / to the career that the teams of the municipality and secondary schools carry out; identify the methods and techniques used by schools and municipalities to promote the transition of students between secondary and higher education.

This report is structured in 5 chapters throughout which it is possible to observe a reflection on the internship objectives proposed above, as well as the entire intervention process that I developed.

This report will also include a presentation of the internship location, as well as its organic and environment that I found, I also explain the reasons that led me to this choice.

Throughout the description of my intervention in the internship context, this will always be accompanied by a deepening of the internship theme, to explain my perspective on the topic in question. It will also include the identification of the services of the municipality and the secondary schools, as well as the role that the first has in the transition process between secondary education and higher education, especially in the coordination of the municipal training offer and the process of vocational guidance and how these services are exploited.

Subsequently, I reflect on the experience and role of the future master in education sciences, also exposing some of the limitations, concluding, then, with my vision and final synthesis in relation to the training developed.

Keywords: training offer; school guidance; transition between secondary and higher education.

Resumé

Ce travail consiste en l'élaboration du Rapport final du stage curriculaire effectué dans le cadre du Master en Sciences de l'éducation, dans le domaine de l'Enseignement supérieur : Politiques institutionnelles, Gouvernance et Administration enseigné par la Faculté de psychologie et des sciences de l'éducation de la Université de Porto, entre 2020 et 2022.

Ce stage a été réalisé dans le Département d'Intervention Sociale de la Municipalité de Matosinhos, plus précisément dans la Division de l'Innovation Éducative et Pédagogique, à Matosinhos, au cours de l'année académique 2021/2022, avec les principaux objectifs: étudier les processus de formation professionnelle l'orientation / à la carrière que mènent les équipes de la commune et des lycées ; identifier les méthodes et techniques utilisées par les écoles et les municipalités pour favoriser la transition des élèves entre le secondaire et le supérieur.

Ce rapport est structuré en 5 chapitres à travers lesquels il est possible d'observer une réflexion sur les objectifs de stage proposés ci-dessus, ainsi que l'ensemble du processus d'intervention que j'ai développé.

Ce rapport comprendra également une présentation du lieu de stage, ainsi que son environnement organique et que j'y ai trouvé, j'explique également les raisons qui m'ont poussé à ce choix.

Tout au long de la description de mon intervention dans le cadre du stage, celle-ci sera toujours accompagnée d'un approfondissement du thème du stage, afin d'expliquer mon regard sur le sujet en question. Il comprendra également l'identification des services de la commune et des lycées, ainsi que le rôle que joue le premier dans le processus de transition entre l'enseignement secondaire et l'enseignement supérieur, notamment dans la coordination de l'offre de formation communale et le processus de l'orientation professionnelle et comment ces services sont exploités.

Par la suite, je réfléchis sur l'expérience et le rôle du futur maître en sciences de l'éducation, exposant également certaines des limites, concluant ensuite avec ma vision et ma synthèse finale par rapport à la formation développée.

Mots clés : offre de formation ; orientation scolaire; transition entre le secondaire et le supérieur.

Agradecimentos

À minha orientadora, a Professora Doutora Amélia Veiga por toda a atenção, paciência, disponibilidade, apoio, amizade e trato que teve comigo, cuja orientação foi fundamental sendo que sempre me motivou em ir em busca de melhor e mostrou-me do que eu sou capaz!

A todos os professores que marcaram a minha caminhada académica pois levo um pedaço de todos eles, quer através de ensinamentos formais como também de lições para a vida!

À Dra. Diana Gonçalves, que para além de ser minha supervisora no estágio foi também uma pessoa amiga e que além da receção que me proporcionou, mostrou-se sempre compreensiva e atenciosa para comigo!

A todas as pessoas com quem tive a oportunidade de privar na CMM, a Dra. Fernanda Paula com as suas expressões marcantes, a Dra. Elisa pela simpatia com que me acolheu, a Dra. Lília que me recebeu de forma excecional e, sobretudo, à Dra. Cristiana e à Dra. Filipa que fizeram os meus dias melhores, desde as lições sobre parentalidade positiva às conversas sobre padel e sobre experiências de vida à amizade que me fizeram sentir, onde me puseram completamente à vontade e sentindo-me completamente integrado no contexto de estágio!

Ao Leonardo, à Joana, à Ana Patrícia e à Ana Rita que durante o mestrado foram sem dúvida pessoas que estiveram nos meus melhores momentos e às quais agradeço a paciência para comigo sobretudo nos trabalhos em grupo!

Ao André, o meu parceiro da Faculdade, um amigo que levo para a vida onde o apoio e a amizade constantes foram essenciais para o carácter positivo da minha passagem pelo ensino superior!

A toda a minha família que sempre acreditou em mim e sempre depositou em mim carinho, esperança e reconhecimento, não só nas minhas capacidades, como também na pessoa que eu sou!

E por fim, mas o agradecimento mais importante, aos meus pais, que tudo fazem por mim, que mais que pais são amigos e confidentes, que me permitem sonhar, sorrir e concretizar, sendo que tudo que sou devo-lhes a eles e tudo que lhes tente retribuir ou aqui escrever não é suficiente para demonstrar o que sinto! Amo-vos!

Abreviaturas

ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional
CE – Ciências da Educação
CED – Carta Educativa
CEF – Cursos de Educação e Formação
CMM – Câmara Municipal de Matosinhos
CNE – Conselho Nacional de Educação
FPCEUP – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto
DE – Departamento de Educação
DIEP – Divisão de Inovação Educativa e Pedagógica
DIS – Departamento de Intervenção Social
DRE – Divisão de Recursos Educativos
DT – Diretores/as de turma
EFA – Educação e Formação de Adultos
ESAD – Escola Superior de Artes e Design
ISCAP – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
ISSSP – Instituto Superior de Serviço Social do Porto
OF – Oferta Formativa
PEM – Projeto Educativo Municipal
SPO – Serviços de Psicologia e Orientação

Índice

Introdução	16
<i>1º Capítulo - A temática, a instituição e os objetivos do estágio</i>	<i>18</i>
1.1 – A transição dos/as alunos/as do ensino secundário para o ensino superior.....	19
1.2 - Apresentação e caracterização da Instituição de Estágio	20
1.2.1 – Departamento de Educação: contexto e enquadramento na Câmara Municipal de Matosinhos	20
1.2.2 – CMM: Oferta Formativa de Ensino Superior	22
1.3 - Objetivos do Estágio	24
<i>2º Capítulo - Aprofundamento da temática: A Transição entre o Ensino Secundário e o Ensino Superior</i>	<i>26</i>
2.1 – A Transição entre o Ensino Secundário e o Ensino Superior.....	27
2.1.1 – O Ensino Superior em Portugal	28
2.1.2 – As dimensões dos processos de transição.....	30
2.1.3 – Dimensão psicológica do processo de transição.....	31
2.2 – Dimensão da orientação vocacional no processo de transição	34
<i>3º Capítulo - Procedimentos Metodológicos</i>	<i>38</i>
3.1 – Participantes.....	39
3.2 – Métodos e técnicas de recolha e análise de dados	40
3.2.1 - Pesquisa bibliográfica	40
3.2.2 – Observação Participante	41
3.2.3 – Entrevistas	42
3.2.4 - Análise dos dados recolhidos	44
<i>4º Capítulo - Atividades realizadas em contexto profissional.....</i>	<i>46</i>
4.1 – Plataforma de Estratégia de Oferta Formativa Concelhia	47

4.2 – Diagnóstico Setorial	49
4.3 – Carta Educativa.....	50
4.4 – Conselho Municipal da Educação	51
<i>5º Capítulo - Análise crítica do acompanhamento dos processos de transição do ensino secundário para o ensino superior.....</i>	<i>53</i>
5.1 – Qual o papel de uma autarquia na gestão dos processos de transição?	54
5.2 – Como estão a ser geridos os serviços da autarquia tendo em consideração o processo de transição para o ensino superior?.....	57
5.3 – Como é que as dimensões educacional, psicológica e vocacional dos processos de transição podem ser geridas pelas autarquias?	64
5.3.1 – Dimensão Educacional	64
5.3.2 – Dimensão Psicológica.....	67
5.3.3 – Dimensão Vocacional.....	68
<i>Considerações Finais</i>	<i>70</i>
Considerações finais sobre o estágio	71
O contributo do meu estágio para a construção da profissionalização em Ciências da Educação.....	72
<i>Referências Bibliográficas</i>	<i>75</i>
<i>ANEXOS</i>	<i>79</i>

Índice de Anexos

Anexo 1 – Declaração de consentimento informado	80
Anexo 2 – Guião das entrevistas	82
Anexo 3 – Registo de análise de conteúdo das entrevistas realizadas	87

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Mini organograma da Câmara Municipal de Matosinhos, destinado ao meu contexto de estágio	21
Tabela 2 – Oferta formativa de ensino superior no concelho de Matosinhos para o ano letivo 2021/2022 – licenciaturas	22
Tabela 3 – Oferta formativa de ensino superior no concelho de Matosinhos para o ano letivo 2021/2022 – cursos técnicos superiores profissionais	24
Tabela 4 – Equipas entrevistadas por escola secundária	43
Tabela 5 – Quadro para diagnóstico setorial dos vários setores profissionais e de ensino profissional do município	50

Introdução

O presente relatório de estágio corresponde à conclusão do Mestrado em Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP). O período de estágio decorreu de 21 de outubro de 2021 até a 25 de fevereiro de 2022, realizado em contexto presencial e de teletrabalho, em virtude das necessidades e respostas à Covid-19.

A realização deste estágio foi para mim uma forma de potenciar a aproximação à realidade profissional, uma vez que me permitiu, por um lado, desenvolver competências necessárias à profissionalização na área das Ciências da Educação, e por outro lado, aproximar-me a contextos profissionais onde poderei desempenhar funções.

Dado o facto de estar inserido no domínio Ensino Superior: políticas, governação, gestão e administração institucionais do Mestrado, propus-me compreender o papel de uma autarquia na gestão dos processos de transição dos/as alunos/as que se preparam para ingressar no ensino superior.

Este momento de formação em contexto profissional, fornece aos/às alunos/as, uma aproximação às vivências da prática profissional em Ciências da Educação (CE), permitindo a experiência de trabalho em contexto e com outros profissionais, assim como a aplicação de conhecimentos e competências adquiridos ao longo do percurso académico, de forma a aprofundar esses conhecimentos e competências para posteriormente exercemos a nossa profissão.

Desta forma, encarei o Estágio como uma aproximação ao que pode vir a ser uma realidade profissional no mundo do trabalho em educação. Esta experiência foi encarada como um desafio, onde o nervosismo e a ansiedade não se sobrepuseram a uma enorme vontade e necessidade de aprender e perceber a realidade onde me inserira. Apesar das exigências sentidas e da constante procura pelo perfeccionismo, sinto que consegui adaptar-me e, conforme me fui predispondo, consegui responder às tarefas propostas. Foi toda uma viagem onde senti um crescimento pessoal e profissional, onde vi e constatei situações reais que não havia sequer imaginado, mas sobretudo onde aprendi, no que me foi permitido aquilo que é trabalhar em equipa.

Este relatório encontra-se dividido em 5 capítulos precedidos de uma introdução, o primeiro capítulo explora brevemente a temática da transição entre o ensino secundário e o ensino superior, apresenta a caracterização da instituição de estágio e o objetivo do estágio. No segundo, é feita uma contextualização teórica do tema em questão. No terceiro apresenta-se a metodologia utilizada para a recolha e análise dos dados. No quarto capítulo descrevem-se as atividades realizadas ao longo do período de estágio e no quinto desenvolve-se a análise e discussão dos resultados obtidos de forma a discutir sobre o processo de transição à luz da informação recolhida.

Posteriormente são apresentadas algumas considerações finais sobre o tema em discussão, assim como uma reflexão sobre como a realização deste estágio permitiu-me desenvolver competências que contribuem para a construção da profissionalização em Ciências da Educação.

1º Capítulo - A temática, a instituição e os objetivos do estágio

1.1 – A transição dos/as alunos/as do ensino secundário para o ensino superior

Durante a vida o ser humano é sujeito a várias mudanças às quais estão usualmente associadas algumas dificuldades que implicam a procura por soluções de forma a se atingir o sucesso.

Estas mudanças podem ter um carácter mais pessoal, profissional e/ou académico, sendo que muitas vezes estas particularidades podem estar interligadas. Neste sentido, a transição entre o ensino secundário e o ensino superior, sendo o tema do meu estágio, incide sobre mudanças na vida do sujeito, quer a nível pessoal, assim como no contacto com a comunidade que o rodeia, colocando vários obstáculos que o indivíduo tem de superar (Abrantes, 2005).

É neste ponto que as escolas têm contribuído de forma a proporcionar aos/às seus/suas alunos/as atividades que potenciam o desenvolvimento de competências de adaptação aos diferentes contextos académicos que possam encontrar, preparando-os/as e capacitando-os/as com ferramentas necessárias para que a transição entre ciclos de ensino possa ser bem sucedida.

Recentemente, com a descentralização dos poderes educativos e respetiva atribuição de autonomia aos municípios, de forma que seja possível que os mesmos possam repensar as políticas educativas num nível mais focado nas necessidades dos próprios concelhos, as autarquias passam a exercer um poder de influência e intervenção no campo educativo. Assim, o envolvimento das autarquias, como agentes facilitadores dos processos de transição entre ciclos de ensino, em articulação com as escolas secundárias, que têm desenvolvido trabalho neste campo, suscitou o meu interesse em desenvolver o estágio em torno do papel das autarquias neste processo de transição entre o ensino secundário e o ensino superior.

Assim sendo, torna-se importante analisar como é que a autarquia e as escolas se articulam no processo de orientação/capacitação dos/as alunos/as do ensino secundário, explorando sua intervenção neste processo e compreendendo até que ponto este processo incide em todas as dimensões desta fase de transição, tendo em consideração que o foco

diz respeito à transição académica, mas que nesta existem também alterações ao nível da personalidade e do modo de vida dos sujeitos envolvidos.

1.2 - Apresentação e caracterização da Instituição de Estágio

O primeiro capítulo apresenta a caracterização do Departamento de Educação (DE) da Câmara Municipal de Matosinhos (CMM), onde posteriormente abordo o contexto da Divisão de Inovação Educativa e Pedagógica (DIEP) onde exerci o meu período de estágio, cujo foco incide na Rede de Oferta Educativa e Formativa do concelho.

1.2.1 – Departamento de Educação: contexto e enquadramento na Câmara Municipal de Matosinhos

De forma a compreender a instituição onde estive inserido, parece fazer sentido começar por abordar uma perspetiva mais geral do órgão da Educação, culminando no DIEP como sendo o serviço que trata da concertação da oferta formativa concelhia, fornecida pelas escolas secundárias do concelho, assim como algumas instituições do ensino superior, públicas e privadas.

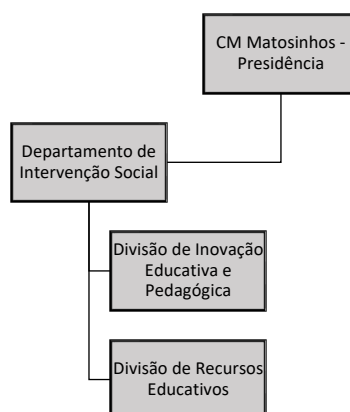
Ao longo dos últimos anos, as autarquias têm vindo a receber uma maior autonomia, acarretada de responsabilidade, no sentido de promover o sucesso escolar nas escolas dos respetivos concelhos, Matosinhos não foge à regra. Para isso torna-se necessária a existência de dois documentos importantes, o Projeto Educativo Municipal (PEM), que consiste num documento onde são levantadas as necessidades educacionais do concelho para posteriormente serem estabelecidas as políticas educativas que se julgam mais adequadas, elaboradas por um conjunto de elementos que compõem uma equipa, sendo estes provenientes de várias entidades educacionais concelhias formais, informais e não formais, o outro documento corresponde à Carta Educativa (CED), que consiste num instrumento de ordenamento e planeamento da rede educativa, com base nas orientações das políticas educativas, possibilitando a exploração dos recursos das ofertas educativas, a diminuição de desigualdades e assimetrias locais e regionais,

assegurar a igualdade de oportunidades de educação e de ensino a todos os/as alunos/as, o ajustamento entre a oferta e a procura educativas e a qualidade do estado físico e funcional do parque escolar.

Estes documentos, vêm no seguimento do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho e da Lei n.º 159/99, que consolidam a descentralização dos poderes educativos, estabelecendo que os órgãos municipais tenham um papel mais ativo e preponderante na gestão dos recursos educativos, tais como o pessoal não docente, as atividades de enriquecimento curricular e a gestão das infraestruturas do parque escolar, visando a aposta no combate às necessidades educativas da comunidade escolar, promovendo assim o sucesso escolar.

Perante esta descentralização, na sua estrutura hierárquica, a CMM começa por designar departamentos cujos objetivos específicos passam pela reflexão e executam de iniciativas e novas medidas no âmbito educacional. Assim sendo, estabelecendo uma relação direta, o Departamento da Educação (DE) surge através do Departamento de Intervenção Social (DIS) e posteriormente em várias subdivisões, tais como, a Divisão de Inovação Educativa e Pedagógica (DIEP) e a Divisão de Recursos Educativos (DRE), onde eu estive inserido durante o meu período de estágio.

Tabela 1- Mini Organograma da Câmara Municipal de Matosinhos, destinado ao meu contexto de estágio



1.2.2 – CMM: Oferta Formativa de Ensino Superior

A oferta formativa de ensino superior das universidades e institutos politécnicos, públicos ou privados, de Matosinhos, está adequada, para as licenciaturas e cursos técnicos superiores profissionais, ao modelo estabelecido no âmbito do Processo de Bolonha implementado, em Portugal, no decurso da publicação do Decreto-Lei n.º 74/2006, alterado pelo Decreto-Lei n.º 63/2016, de 13 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 65/2018, de 16 de agosto e da Lei n.º 49/20053.

Na tabela 2, está apresentada a oferta formativa de 2021/2022 do 1º ciclo de estudos de ensino superior, incidindo neste o foco de toda esta pesquisa realizada, dado ser um dos principais, senão o principal objeto, relativo ao ensino superior, presente na plataforma de oferta formativa da CMM.

As licenciaturas aqui apresentadas, representam apenas a oferta existente no concelho e não toda a oferta disponível para os/as alunos/as naturais de Matosinhos, o que não só limita a informação supostamente relevante como parece evidenciar outros fatores mais descontextualizados daquilo que é o mais importante, o sucesso académico.

A tabela abaixo sintetiza a oferta formativa relativa às licenciaturas:

Tabela 2- Oferta formativa de ensino superior no concelho de Matosinhos para o ano letivo 2021/2022 – licenciaturas

Área	Estabeleciment o de Ensino	Grau de Qualificaã o
Assessoria e Tradução	ISCAP	Nível 6
Assessoria e Tradução (Pós-Laboral)		
Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação		

Comércio Internacional		
Comércio Internacional (Pós-Laboral)		
Comunicação Empresarial		
Comunicação Empresarial (Pós-Laboral)		
Contabilidade e Administração		
Contabilidade e Administração (Pós-Laboral)		
Criatividade e Inovação (Programa conjunto com outra instituição)		
Marketing	ISCAP	Nível 6
Marketing (Pós-Laboral)		
Recursos Humanos		
Artes Digitais e Multimédia	ESAD	
Design		
Gerontologia Social	ISSSP	
Serviço Social		

A tabela abaixo sintetiza a oferta formativa relativa às licenciaturas:

Tabela 3- Oferta formativa de ensino superior no concelho de Matosinhos para o ano letivo 2021/222 – cursos técnicos superiores profissionais

Área	Estabelecimento de Ensino	Grau de Qualificação
Comércio e Gestão de Negócios de Moda	ISCAP	Nível 4
Contabilidade para a Gestão de Pequenas e Médias Empresas		
Gestão Comercial de Ponto de Venda		
Gestão de Comercialização de Produtos de Ourivesaria		
Gestão de Tecnologias para a Inovação	ISCAP	Nível 4
Relações Públicas e Organização de Eventos		
Vendas para Mercados Internacionais		
Joalharia	ESAD	

A oferta formativa concelhia, ao nível do ensino superior, é pouco diversificada, tendo apenas três instituições a oferecer determinados cursos, o que é um fator que contribui para a saída dos/as alunos/as para outros territórios.

1.3 - Objetivos do Estágio

Neste contexto, os objetivos do estágio consolidam-se como os alicerces do processo de intervenção, garantindo que este tem um determinado propósito, explicitando o que se pretende atingir com a realização do mesmo.

O estágio em questão procura, tendo em consideração os desafios e obstáculos da transição dos/as alunos/as do ensino secundário para o ensino superior, compreender como é que as autarquias surgem como um agente facilitador desta transição, percebendo como é que a mesma intervém no processo de transição.

Neste sentido, é também um objetivo do estágio, perceber se existem e, caso existam, quais os serviços que a autarquia disponibiliza para esta fase de transição e quais os processos mobilizados para a capacitação dos/as alunos/as para a mesma. Estes objetivos permitiram-me moldar a minha intervenção no contexto de estágio.

2º Capítulo - Aprofundamento da temática: A Transição entre o Ensino Secundário e o Ensino Superior

Neste segundo capítulo é aprofundada a temática que serve de base ao estágio que realizei, de forma a identificar as questões relacionadas com os obstáculos e dificuldades da transição dos/as alunos/as do ensino secundário para o ensino superior. Assim sendo, em seguida, serão explorados alguns aspetos relacionados com o tema, de forma a ser possível contextualizar as atividades realizadas no contexto de estágio.

2.1 – A Transição entre o Ensino Secundário e o Ensino Superior

Como o título sugere, o tema central do estágio incidiu sobre a transição dos/as alunos/as entre o ensino secundário e o ensino superior. Com o meu estágio pretendi identificar as principais dificuldades e possíveis soluções com o intuito de se atingir o sucesso académico no ensino superior.

A transição entre ciclos aborda as questões relativas ao momento em que os/as alunos/as findam um determinado ciclo de estudos transitando para um novo ciclo, de grau superior, percebendo as implicações desta e a sua preponderância no momento de transição.

Com efeito, as implicações das transições entre ciclos de estudo têm vindo a ser muitas vezes ser associada a alterações na personalidade ou nos comportamentos dos/as alunos/as, o que por vezes pode condicionar o seu sucesso académico, tornando-se importante trabalhar com o objetivo de se tentar reduzir as experiências consideradas negativas e orientar estes/as alunos/as para um percurso académico de sucesso.

Existe uma variedade de trabalhos científicos que abordam as questões da transição entre ciclos, sendo a grande maioria destinados à transição dentro do ensino básico e/ou do ensino básico para o ensino secundário, contrastando com o que pretendo trazer para a discussão neste relatório, uma vez que a transição entre o ensino secundário e o ensino superior é, talvez, a de maior relevo no que diz respeito não só às competências académicas do indivíduo, como também a competências do foro mais pessoal e social, no que diz respeito às interações intersociais com a comunidade e a sociedade em geral.

Segundo Almeida (2007, p. 203), é possível afirmar que a *“transição para a universidade exige dos alunos diversas competências tendo em vista a sua adaptação e sucesso escolar”*, sendo que *“os alunos do primeiro ano apresentem elevadas expectativas de envolvimento académico”* (idem, 2007, p. 203).

O autor sugere a *“necessidade de programas institucionais para prevenção do fracasso escolar e do abandono dos alunos”* (idem, 2007, p.203), implementados pelas instituições do ensino superior, tendo os/as alunos/as do primeiro ano como público-alvo dada a importância do processo de transição entre o ensino secundário e o ensino superior para estes/as.

O aspeto essencial a ser compreendido desta transição, é o facto de que ao entrarem numa nova etapa da sua vida, existe um *“sentimento de “começar de novo”, implicando um processo de ruptura com uma ordem estabelecida, com efeitos de desestruturação identitária e social e abertura de um campo de possibilidades para o desenvolvimento de novas identidades e relações”* (Abrantes, 2005, p. 28), isto pode levar a compreender como é que jovens com “sucesso escolar” anteriormente adquirido podem alterar os seus comportamentos e disposições, tornando-se inaptos a aprender e vice-versa (idem, 2005).

É, portanto, importante, compreender quais os fatores psicológicos ou do meio que mais influenciam o momento de transição, percebendo como estes podem influenciar os/as alunos/as, assim como é necessário mitigar as experiências negativas, ou pelo menos tentar fazê-lo, garantindo o sucesso do processo de transição.

2.1.1 – O Ensino Superior em Portugal

Quando o estudante termina o ciclo de estudos do ensino secundário, geralmente está também a vivenciar o término do período da adolescência, atingindo a idade adulta, o que acarreta um maior número de responsabilidades e grandes alterações no seu modo de vida.

Neste sentido, a entrada para o ensino superior, em certos casos, é um turbilhão de emoções que cria, por vezes, no estudante uma sensação de ansiedade pelo que aí vem, no entanto, esta ansiedade pode ter tanto de positivo como de negativo. A esta mudança estão geralmente associadas experiências como o fim ou início de relações amorosas, o afastamento de amigos, a saída de casa dos pais, a procura por um trabalho que possa conciliar com a vida académica (Silva & Costa, 2005).

Todas estas mudanças estão na base da construção de uma nova identidade, como anteriormente foi afirmado por Abrantes (2007) e corroborado por Silva & Costa (2005) que chamam a atenção para o facto do jovem dever estar preparado para estas novas experiências, pois caso as emoções transformem tudo isto em algo negativo e que não promova uma boa adaptação à nova etapa de vida, pode vir conduzir ao insucesso desta transição académica, geralmente observado de uma forma mais evidente no primeiro ano desta.

Em Portugal, o ensino superior pode ser visto como o culminar de uma etapa da vida de uma pessoa, tendo por objetivo atingir um determinado conjunto de competências e um nível de qualificações que sustente uma melhor qualidade de vida. Para tal, começa-se logo no 9º ano de escolaridade a preparar o ingresso daqueles que desejam prosseguir os estudos com vista futuramente a entrar no ensino superior, quer através de questionários, quer através de orientações, de modo a proporcionar ao aluno uma escolha mais facilitada (Almeida, Guisande, Soares e Saavedra, 2006), algo que também surge agora mais recentemente no 12º ano de escolaridade (Cardoso, 2015).

O acesso ao ensino superior tem vindo a expandir-se, pois, ao longo de várias décadas, o acesso aos níveis mais elevados de ensino era apenas possível às classes mais elitistas. Atualmente, é possível existirem, com o apoio do Estado e com a melhoria das condições de vida das famílias, em comparação com um passado não muito longínquo, um maior número de candidaturas e ingressos no Ensino Superior (Cabrito, 2011).

Com efeito, nas últimas décadas, o número de candidaturas em muitos casos, suplanta o número de vagas disponíveis, o que reflete a ideia de que a frequência do

ensino superior é agora bastante elevada, proporcionando assim assimilar esta frequência como algo comum no trajeto académico de cada aluno (Tavares, 2012).

Segundo os dados estatísticos da Direção Geral do Ensino Superior (2021), através de uma análise estatística, é possível afirmar que no ano letivo 2021/2022, candidataram-se apenas à primeira fase do ensino superior, um total de 64 363 alunos/as, sendo que deste valor apenas 49 452 alunos/as foram colocados, este dado mostra como o acesso ao ensino superior é difícil devido às condições e ao número de candidatos, sendo que já nem existem vagas suficientes para satisfazer a procura existente. Estes dados, no entanto, também podem gerar comportamentos e emoções negativas entre os/as alunos/as, como a ansiedade e a incerteza, no processo de transição entre ciclos.

Outro dado interessante diz respeito ao número de alunos/as que ficaram colocados/as na sua primeira opção. Dos/as 49452 alunos/as colocados/as, apenas 24743 tiveram a possibilidade de ingressarem na sua primeira opção. Este valor corresponde a 50% dos/as alunos/as, sendo que é um alerta relevante dado o facto de que estes poderão vir a desistir ou não se interessarem/aplicarem da forma necessária para a obtenção do sucesso académico, assim como pode ser um fator de desmotivação com efeitos no ingresso no primeiro ano deste novo ciclo de estudos.

Este aumento do número de alunos/as, promove também uma maior diversidade de personalidades e acentua o risco de problemas sociais como a exclusão e a criação de estereótipos, assim como de grupos sociais que promovam estes dois fatores. A exclusão é também um dos principais focos de quem trata a questão da adaptação ao Ensino Superior e por isso é importante perceber como esta é uma questão importante a ser tratada em prol do sucesso académico (Almeida, Guisande, Soares e Saavedra, 2006).

2.1.2 – As dimensões dos processos de transição

Uma das questões que se levanta quando se aborda a transição para o ensino superior, e que já foi anteriormente mencionada neste relatório, deve-se ao facto da

adaptação dos/as alunos/as ao ingressarem no 1º ano do ensino superior sentirem dificuldades de adaptação à nova realidade onde se estarão a inserir.

Como já foi anteriormente mencionado, esta transição acarreta questões do foro psicológico e pessoal, como também questões académicas que vêm sendo discutidas ao longo das décadas por especialistas, de forma que estas comecem a cair para segundo plano, proporcionando aos/às alunos/as uma adaptação facilitada e capaz de produzir resultados positivos, contrariando as tendências do insucesso e abandono escolar verificadas com maior acuidade nestes primeiros anos (Almeida, 2007).

Para tal, vão surgindo novos métodos de combate ou tentativa de combate a estas lacunas no processo de transição, sendo geralmente os mais comuns o processo de orientação vocacional, de forma a auscultar os/as alunos/as e mediá-los para que encontrem o caminho mais adequado, a criação de grupos de mentorias em determinadas faculdades, ao exemplo do que acontece na nossa, de forma a integrar os/as alunos/as que estão a ingressar no ensino superior, aumentando a motivação dos mesmos, assim como diminuir as taxas de desinteresse e abandono escolar (Azevedo e Faria, 2001).

2.1.3 – Dimensão psicológica do processo de transição

A transição entre o ensino secundário e o ensino superior desperta uma mudança nos comportamentos, nas motivações, nos interesses e nas expectativas dos jovens. Para muitos significa quase começar do zero, sobretudo caso a sua experiência no ciclo anterior não tenha sido tão positiva como o desejado.

Para tal, é necessário perceber quais as emoções e sentimentos esta transição despertará nos/as alunos/as, sobretudo quando estamos a observar esta transição numa ótica de adaptação a um novo ciclo de ensino, onde estes aspetos psicológicos têm uma extrema importância, devido ao facto de serem determinantes no processo de adaptação a um novo contexto, sendo que este processo pode ser equiparado a qualquer inserção de uma pessoa numa nova etapa da sua vida.

Segundo Azevedo e Faria (2001, p.257), de forma a *“facilitar a complexa e desafiante situação de transição do ensino secundário para o ensino superior, é necessário conhecer a realidade dos nossos estudantes em termos de adaptação”* e para isso é determinante que *“as instituições de Ensino Superior proporcionem aos seus estudantes condições de acolhimento e bem-estar”* (idem, 2001, p.257). No entanto, é também de extrema importância *“preparar os jovens para a transição passa também pela promoção do seu auto-conhecimento, autonomia, motivação e sucesso académico”* (idem, 2001), estando estas dimensões do autoconhecimento interligadas com as questões do foro psicológico anteriormente mencionadas.

Desde logo torna-se essencial perceber de que forma os/as alunos/as encaram a entrada para a Universidade, sendo que geralmente são expressas emoções como o entusiasmo e a ansiedade, acompanhadas das altas expectativas que muitas vezes podem depois causar perdas de motivação ou então a perda do foco no sucesso académico.

Neste momento de transição entre o ensino secundário e o ensino superior, alguns/algumas alunos/as são colocados em Faculdades fora do lugar de onde são naturais e onde passaram a sua vida até tal momento, aí *“o estudante transita, muitas vezes, para um ambiente fora do seu contexto emocional e por isso sentirá a ausência das pessoas mais chegadas, podendo sentir-se só e isolado”* (idem, 2001, p.258), esta citação transcreve essencialmente o que pode correr mal logo à partida nesta transição, sendo os alunos/as envolvidos numa mudança completamente drástica pela distância do local de onde são naturais. No entanto, é também um alerta para o choque entre realidades que existe nesta transição, pelos diversos contrastes que tem com o ensino secundário.

Apesar deste carácter negativo associado a esta questão da transição entre ciclos, deve-se também frisar que muitos/as alunos/as quando concretizam esta transição e adaptação com sucesso afirmam vivamente que esta pode muito bem ser uma das melhores fases da sua vida, devido às novas amizades, ao contacto com pessoas com costumes diferentes, enriquecendo ambas as partes culturalmente, entre muitos outros aspetos relacionados sobretudo com a vida social e que se traduzirão na vida académica.

Podemos assim compreender que dadas todas estas vivências a que um/a estudante está sujeito/a servem de base a um desenvolvimento pessoal que pode ocorrer sendo o mesmo muitas vezes impercetível pelo mesmo até que seja posto à prova.

Este desenvolvimento pessoal, assente na personalidade e competências do sujeito, é *“afectado no que se refere ao auto-conceito, à auto-estima e à maturidade”* (idem, 2001, p.258).

Assim sendo, *“o auto-conceito é um construto multidimensional que abrange as atitudes, competências, sentimentos e conhecimento das capacidades, aparência e aceitabilidade social dos indivíduos”* (idem, 2001, p.263), sendo que a diferenciação entre o autoconceito e a autoestima deve-se à componente de cada um, sendo o primeiro de uma componente mais cognitiva e o segundo de uma componente mais afetiva (idem, 2001, p.263), sendo que a autoestima é implacável com o sujeito devido à sua autoavaliação em relação às suas capacidades e competências, o que pode ser uma fator desmotivacional.

A maturidade é um fator inerente às experiências a que estamos sujeitos e dada uma fase tão marcante na nossa vida, aliás dada a passagem do período da adolescência para o início da vida adulta, é natural que surja um aumento da maturidade e das responsabilidades de cada indivíduo. As autoras explicitam através da discussão do autoconceito e da autoestima o que para mim acaba por ser determinante neste processo de transição que é o julgamento de competência, este

“pode ser facilitador ou inibidor da acção. consoante é positivo ou negativo (...) Certos estudos têm mostrado que tanto a criança como o adulto desenvolvem estratégias protectoras do seu auto-conceito, atribuindo a si a responsabilidade dos êxitos e os fracassos a factores externos a si” (idem, 2001, p.264).

Assim, ou seja, mais uma vez a percepção que temos sobre nós e sobre a nossa experiência pode ser determinante para o nosso sucesso ou insucesso académica, e na vida.

Neste sentido, é possível afirmar que cada vez mais os especialistas têm um olhar significativo para o foro psicológico das questões da transição entre ciclos, sendo que é

determinante que esta adaptação satisfaça determinados critérios autopropostos pelos sujeitos, onde aqui têm um papel fundamental as equipas de técnicos das escolas e das autarquias, em consciencializar os/as alunos/as sobre o excesso de expetativas e procurar criar bases de sustentação motivacional, estando claramente limitados pela visão pessoal e pelos objetivos de cada estudante.

2.2 – Dimensão da orientação vocacional no processo de transição

A orientação vocacional é um dos eixos mais importantes da transição entre o ensino secundário e o ensino superior, uma vez que é neste processo que as equipas das autarquias e das escolas secundárias podem interagir junto da população discente de forma a orientar como um tipo de agente facilitador, o caminho que os/as alunos/as terão de prosseguir, sendo determinante que esta não seja apenas exercida no 12º ano de escolaridade, mas sim ao longo de todo o ensino secundário (Silva, 2016). Neste sentido, o estágio que foi desenvolvido assume esta dimensão como crucial para compreender as estruturas e processos que facilitam a transição entre o ensino secundário e o ensino superior.

A orientação vocacional é associada a um momento de reflexão do percurso académico e profissional que se pretenderá seguir, quase como criando um plano de vida a partir da escolha da área onde nos pretendemos profissionalizar.

Para tal, este processo ocorre usualmente no 9º ano de escolaridade, devido ao facto de os/as alunos/as serem obrigados a uma tomar decisão que envolve a escolha da área em que ingressarão no ensino secundário. No entanto, é determinante que os processos de orientação não sejam apenas realizados nos momentos de transição entre ciclos, mas sim que sejam contínuos de forma a se poder auxiliar os/as alunos/as que não se encontrem satisfeitos com a escolha tomada quer no ensino secundário, quer no ensino superior, ou que comecem a apresentar outro tipo de problemas pessoais (idem, 2016).

O processo de orientação vocacional deve estar relacionado com um processo de autoconhecimento de forma que o/a aluno/a perceba quais as melhores escolhas para si

através do conhecimento que tem de si próprio. Neste processo, o/a orientador/a deve manter uma postura o mais neutra e imparcial possível não tendo qualquer influência na escolha do orientado, o que poria em causa toda a legitimidade do processo.

Assim, este processo é caracterizado pela procura das aptidões e competências dos/as alunos/as e em que medida estas vão de encontro às suas perspetivas e às suas condições de vida.

“A orientação vocacional será mais útil e mais rica quanto mais o aluno investir neste processo. Para isso é importante que:

- Fale abertamente sobre si, sobre os seus gostos, aptidões e interesses;*
- Coloque hipóteses;*
- Questione essas hipóteses;*
- Procure informação sobre os cursos e sobre as profissões que pensa desenvolver;*
- Colabore ativamente nas tarefas propostas nesta avaliação.”* (Diferencial,

2022, 20 de junho).

Os procedimentos da avaliação do processo de orientação vocacional expressam-se através de:

- Entrevistas: que servem de método de recolha de informação sobre o estudante, assim como uma interpretação da sua personalidade e dos seus interesses, onde pode também estar incluída a presença dos pais;
- Provas psicológicas: Usualmente são provas que permitem aprofundar o conhecimento sobre o orientado, tais como provas de avaliação de personalidade, aptidões intelectuais, escolhas motivacionais, valores interpessoais e maturidade vocacional, realizadas apenas com o orientado;
- Atividades de exploração vocacional: são atividades que procuram promover no orientado o autoconhecimento através de pesquisas que se solicitem ao mesmo para este estar mais preparado para a escolha que tem de tomar;

- Discussão de resultados: o momento mais importante onde se transmitem as informações obtidas ao estudante e aos pais, procurando ajudar na interpretação e no processo de decisão;
- Relatório: a última etapa, onde se sistematiza toda a informação recolhida para fornecer numa linguagem clara ao orientado e aos pais. (Diferencial, 2022, 20 de junho).

A temática da orientação vocacional foi central no meu estágio uma vez que é um processo onde se pode tornar possível, através da autonomia atribuída pelo governo aos municípios na gestão educativa do mesmo, a interação entre as autarquias e as escolas secundárias e os/as alunos/as de forma a contribuírem para o processo de transição dos/as mesmos/as para o ensino superior, agindo como agentes facilitadores e promotores de sucesso académico, o que é benéfico para ambas as partes e, portanto, é de extrema importância que este processo seja realizado com a maior das competências, para que se alcancem os melhores resultados possíveis.

Assim sendo, é também importante referir o papel que os orientadores podem ter nesta fase de transição dos/as alunos/as. Muitas vezes estes procuram o conforto e a segurança para as suas escolhas junto de profissionais qualificados, por isso, é do interesse das escolas e das autarquias que os seus profissionais possam auxiliar esta tomada de decisão dos/as alunos/as, capacitando assim a sua população o que permitirá também o desenvolvimento da comunidade onde estes se inserem.

Segundo Ribeiro e Uvaldo (2007, p.23), Frank Parsons, afirma que “*o desempenho de uma ocupação em harmonia com as aptidões, habilidades e interesses, tornaria o trabalho mais agradável, com uma maior produtividade e eficiência*” o que mostra perfeitamente a importância do processo de orientação vocacional.

Posto isto, é possível determinar que o processo de orientação vocacional tem uma ligação com a transição entre ciclos devido ao seu carácter orientador o que permite ao/à sujeito/a em questão neste processo a tomada de uma decisão mais ponderada e repensada

com o propósito de ter uma escolha mais adequada aos seus interesses e expectativas, o que revela a importância da orientação vocacional.

3º Capítulo - Procedimentos Metodológicos

Este terceiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos selecionados e necessários para realizar as atividades do estágio e cumprir os objetivos do mesmo.

Neste capítulo, é explicitado todo o processo de recolha de dados sobre o tema da transição entre o ensino secundário e o ensino superior, que servirão de sustentação à análise dos mesmos. Para tal, são referidos quem foram os participantes nas entrevistas que contribuíram para um maior conhecimento sobre as dinâmicas realizadas pelos serviços, quais os métodos de recolha de dados que posteriormente serão analisados.

3.1 – Participantes

Num momento inicial, quando equacionei o objetivo de analisar a transição entre o ensino secundário e o ensino superior foi natural pensar nos/as alunos/as como o público-alvo deste processo, no entanto quando me proponho a repensar o papel das autarquias como agente facilitador deste mesmo processo, apercebi-me que era essencial perceber primeiro quais as dinâmicas institucionais, entre a autarquia e as escolas, de forma a perceber como estas conduziam/facilitavam o processo de transição em causa, percebendo como a intervenção destes profissionais poderia atenuar as implicações dos processos de transição entre ciclos e de orientação vocacional.

Assim sendo, propus-me entrevistar o maior número possível de psicólogos/as encarregues pelos processos de orientação vocacional das escolas secundárias, pois são os elementos-chave de todo este processo que suporta os/as alunos/as nesta fase de transição, sendo alguns, como já anteriormente referi, membros não só das escolas, mas também parte integrante da equipa municipal de psicólogos.

Em Matosinhos, há 6 escolas secundárias, sendo que me foi possível entrevistar os/as psicólogos/as referentes a 4 destas escolas, devido à falta de resposta e acesso às restantes, sendo todas as pessoas entrevistadas do sexo feminino.

O recrutamento destas profissionais foi promovido por mim via e-mail, com a supervisão de responsáveis do contexto de estágio, onde numa primeira instância solicitei

também autorização aos/às diretores/as das escolas secundárias para contactar as profissionais em questão.

De forma a deixar claro às participantes do objetivo da e a importância da sua participação, foi-lhes enviada em anexo no e-mail do pedido de colaboração uma declaração de consentimento informado (Anexo 1), onde me comprometi em manter em sigilo a identidade dos/as participantes.

3.2 – Métodos e técnicas de recolha e análise de dados

Na procura de elementos que possam servir como resposta aos objetivos do estágio propus-me a identificar e perceber quais os melhores métodos que me levassem a recolher os dados que eu achava mais pertinentes.

Desde o primeiro momento em que pensei na minha intervenção, assumi que a metodologia mais adequada seria uma metodologia qualitativa, através da realização de inquéritos por entrevistas, uma vez que proporcionam aos entrevistados uma maior amplitude de resposta às questões evidenciadas, valorizando a subjetividade dos envolvidos (Amado, 2014), sendo que também permite o ajuste em determinadas situações da discussão, caso surjam novos elementos que possam ser interessantes à investigação.

Por se tratar essencialmente de um estudo exploratório, entendi que ao entrevistar profissionais cuja ocupação incidisse no processo de transição entre o ensino secundário e o ensino superior, poderia obter dados importantes sobre este processo, assim como compreender de que forma a autarquia intervém em prol de uma resposta adequada às necessidades dos/as alunos/as nesta fase da vida pessoal e académica.

3.2.1 - Pesquisa bibliográfica

Outro método utilizado na recolha de informações relativas ao tema em estudo, foi a pesquisa bibliográfica, de forma a no momento da realização da entrevista, o

entrevistador, neste caso eu, ter uma base teórica que sustentasse algum conhecimento sobre as práticas realizadas pelas equipas de psicólogos, assim como que me permitisse explicar o porquê de estar a interligar o processo de orientação vocacional com as questões relacionadas com a Transição entre o Ensino Secundário e o Ensino Superior.

“Entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes.”
(Pizzani, Silva, Bello & Hayashi, 2012, p. 54).

Para tal, realizei uma pesquisa em torno das diversas temáticas relacionadas com a Transição entre o Ensino Secundário e o Ensino Superior, onde procurei debates sobre as questões emocionais desta transição, sobre as questões da adaptação, entre outras abordadas no segundo capítulo deste relatório, assim como procurei perceber mais sobre os processos de orientação vocacional, à luz de artigos que refletem este processo motivado pelas inovações de autores como Frank Parsons, considerado uma referência na literatura sobre orientação vocacional.

Todo este trabalho de pesquisa foi fundamental para mim porque me permitiu uma melhor preparação para discutir os temas. Com efeito, foi mais perceptível onde e como posicionar determinadas perguntas e perceber quais os aspetos a abordar é determinante para toda uma investigação ser bem-sucedida, permitindo assim posteriormente que a análise dos dados e a discussão dos resultados.

3.2.2 – Observação Participante

Além do processo de intervenção que um estágio proporciona, é claramente necessário, sobretudo numa etapa inicial que exista um período de reconhecimento, de adaptação ao novo contexto, geralmente produzido pela observação das dinâmicas que são a base da orgânica deste.

No meu caso foi exatamente isto que aconteceu, sendo que tanto a minha supervisora, como também as pessoas que fizeram parte do meu quotidiano, proporcionaram-me uma receção onde fiquei à vontade para observar e questionar o que ia acontecendo, sentindo-me envolvido nas atividades, de forma que o meu período no local fosse o mais proveitoso possível.

É de realçar que um dos grandes dilemas a que estamos sujeitos enquanto recolhemos dados sobre um determinado contexto através deste método

“diz respeito à subjectividade do investigador dado que, sendo ele próprio um instrumento essencial, é necessário que experiencie a imersão no grupo, com envolvimento com os participantes. Daí a necessidade de que este tenha clara identificação dos seus pressupostos e valores e se mantenha atento, registando e descrevendo quaisquer alterações que ocorram durante o período de observação” (Correia, 2009, p.35).

Com isto, torna-se claramente evidente que todo este processo de observação não se caracterizou só por observar o que estava a acontecer à minha volta, mas sim permitiu que eu pudesse observar, perceber e questionar todas as dinâmicas que seriam essenciais à minha intervenção naquele contexto.

3.2.3 – Entrevistas

No âmbito da orientação vocacional, foi importante identificar as formas de intervenção junto dos/as alunos/as, quer por parte das escolas, como também da parte da autarquia, procurei perceber qual seria a forma mais apropriada de enquadrar estas duas realidades.

Tendo em conta o objetivo do estágio, é possível referir que uma entrevista é sem dúvida um processo chave para explorar um tema onde se pretenda que o entrevistado, sobretudo quando entrevistamos profissionais que vão abordar o seu trabalho, mencione a sua experiência e a sua visão sobre um determinado fenómeno a ser estudado/investigado (Sampieri, Collado, & Lucio, 2006). As entrevistas que realizei

tiveram como alvo os/as psicólogos/as das escolas secundárias de Matosinhos, tal como já antes foi referido. Assim sendo, apresentaremos em seguida um quadro caraterizante destas equipas.

Tabela 4 – Entrevistas por escola secundária

Escola Secundária	Entrevista
Escola 1	E1 (dois participantes)
Escola 2	E2
Escola 3	E3
Escola 4	E4 (dois participantes)

Aqui surge a oportunidade de conhecer os procedimentos da oferta de orientação vocacional/ de carreira das equipas do município, tal como das escolas, destinadas aos/às alunos/as que frequentam o 12º ano de escolaridade, com o propósito de compreender como estas potenciam as escolhas dos/as alunos/as nesta fase de transição entre o ensino secundário e o ensino superior.

Posto isto, foi necessária a criação de um guião de entrevista (Anexo 2) que servisse a condução da entrevista da minha parte. O guião aborda diferentes blocos, um primeiro de legitimação de entrevista, onde está explicado o propósito da mesma e questões relacionadas com o consentimento da gravação e a confidencialidade, um segundo bloco que apresenta as razões e motivações que levaram o/a entrevistado/a a trabalhar na área da orientação vocacional, o terceiro onde constam as experiências e expectativas que o/a entrevistado/a tem do processo de orientação vocacional, o quarto bloco aborda as perceções do/a entrevistado/a sobre o papel das escolas e autarquia no processo em questão, o quinto bloco explora os métodos e procedimentos da orientação vocacional, o sexto relacionado com a influências da orientação vocacional na transição para o ensino superior e, por fim, o sétimo bloco de síntese e reflexão sobre a entrevista, assim como os agradecimentos pela participação.

3.2.4 - Análise dos dados recolhidos

Para analisar os dados recolhidos optei pela separação desta análise em dois momentos distintos: o primeiro durante o tratamento dos dados qualitativos, onde a análise temática foi o método de análise escolhido, devido à pertinência que atribui ao testemunho de cada entrevistado, sendo que também é um método que possibilita identificar, analisar, interpretar e relatar padrões de dados consistentes num determinado tema (Amado, 2014); o segundo momento de análise de dados refere-se aos dados quantitativos onde o método de análise para aqui selecionado foi a análise diagnóstica de forma a interpretar uma relação de causa-efeito nas oscilações dos números percentuais em cada quadro analisado.

3.2.4.1 – Análise de Conteúdo

Após a conclusão de todas as entrevistas agendadas, procedi à análise do conteúdo dos dados recolhidos, sendo esta uma análise horizontal das perguntas. A primeira etapa a ser realizada foi uma segunda reprodução das entrevistas de forma a despertar a memória para cada um dos determinados assuntos, procedendo em seguida à transcrição das mesmas, mas não de forma integral.

Na análise horizontal, a exploração pergunta a pergunta permitiu uma comparação da posição de cada uma das entrevistas face a determinada questão, tendo um olhar mais focalizado sobre os processos de orientação vocacional. Em seguida, procedi a uma classificação dos dados através das perguntas, atribuindo-lhes assim uma maior ou menor pertinência face à valorização da questão. As questões exploratórias tiveram uma menor importância face a questões onde se abordassem as metodologias implementadas no processo de orientação vocacional.

Posteriormente, obtendo já as respostas a cada bloco de perguntas (Anexo 2), prossegui criando um registo de análise de conteúdo das entrevistas realizadas (Anexo 3),

onde constassem citações das entrevistadas que permitisse fundamentar qualquer intervenção minha futura, na discussão dos resultados (Amado, 2014).

4º Capítulo - Atividades realizadas em contexto profissional

Neste capítulo enumero as atividades que fizeram parte do meu estágio, analisando, interpretando e refletindo sobre as mesmas, sobre as dificuldades e constrangimentos que estas me impuseram e sobre o que retirei de positivo ou negativo.

Ao iniciar este período de estágio, parti para esta aventura na tentativa de conseguir não criar qualquer expectativa de forma a poder absorver todas as intervenções e observações que tivesse oportunidade, sendo que seria do meu agrado não dar um cunho pessoal às mesmas, pelo menos de início, de forma a tentar ser o mais neutro possível.

No entanto, é, a meu ver, completamente difícil conseguir manter esta postura em relação a algo que me proporcionava uma ansiedade e curiosidade muito grande, porque além de se tratar de um estágio que culminaria no encerramento de um ciclo de estudos, era também do meu interesse pessoal interpretar e perceber o tema em questão, além do funcionamento deste órgão de gestão municipal do meu concelho.

Apesar de durante o estágio ter sido possível identificar as dinâmicas que a CMM proporciona no contexto da transição académica dos/as alunos/as, foi-me também possível, observar outras dinâmicas relacionadas com questões mais burocráticas no que diz respeito aos processos que as autarquias desenvolvem a nível educacional.

Assim sendo, em seguida, enumerarei, não só as atividades relacionadas com a Plataforma e a Estratégia de Oferta Formativa Concelhia, que está diretamente ligada às questões da transição académica, como também abordarei outras atividades, tais como, a eleição dos órgãos do Conselho Municipal da Educação (CME) e a elaboração da Carta Educativa do Concelho.

4.1 – Plataforma de Estratégia de Oferta Formativa Concelhia

A Plataforma de Estratégia de Oferta Formativa Concelhia consiste num instrumento digital disponibilizado pela autarquia à sua população de forma a informar sobre a Oferta Formativa Concelhia para que todos os/as alunos/as possam ter uma forma mais facilitada de encontrar quais os cursos disponibilizados pelas escolas do concelho,

algo que pode e deve facilitar a sua planificação e escolha no início de um novo ciclo de estudos.

“Pretende-se com a Plataforma Digital da Oferta Formativa reforçar a dimensão da informação e uma comunicação de qualidade junto de diferentes públicos-alvo sobre as possibilidades de escolha de cursos e de percursos, tendo em vista a conclusão do ensino secundário, a inserção profissional e prosseguimento de estudos de nível superior.” (Câmara Municipal de Matosinhos, 2022, 20 de junho).

O acesso a esta plataforma faz-se digitalmente através do link <https://ofertaformativa-matosinhos.pt>.

Esta plataforma engloba vários níveis de ensino, tais como o ensino básico, tanto pelas vias de ensino tradicional como por vias mais profissionais como cursos de educação e formação (CEF), também se adequa aos níveis de ensino secundários onde explora os cursos científico-humanísticos das escolas secundárias, como também a oferta de cursos profissionais tanto nestas escolas como em escolas cujo âmbito é essencialmente ter este tipo de resposta. Também evidencia um tipo de oferta de cursos de ensino superior através das três Faculdades do território concelhia, nomeadamente a Escola Superior de Artes e Design, o Instituto Superior de Serviço Social do Porto e o Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, o que limita um pouco a intervenção facilitadora que está na base deste instrumento.

Esta plataforma não se remete apenas a mostrar quais os cursos disponíveis nas escolas, vai além disso expondo notícias que possam causar interesse no público-alvo, de forma que

“os seus utilizadores podem ficar a compreender os objetivos de diferentes modalidades educativas e formativas, as respetivas condições de acesso e onde cada curso é ministrado. A expectativa é que o acesso integrado a esta informação permita a jovens, adultos e famílias abrir horizontes de futuro e

oportunidades de realização pessoal e social” (Câmara Municipal de Matosinhos, 2022, 20 de junho).

A informação que aqui consta remete para a oferta educativa concelhia, sendo que é uma ferramenta de auxílio à tomada de decisão para o prosseguimento de estudos no final de um determinado ciclo. Aqui é possível concluir que este serviço autárquico permite aos/às alunos/as obter informação fidedigna e que os/as oriente/guie no processo de transição para o ensino superior.

4.2 – Diagnóstico Setorial

O diagnóstico setorial é uma ferramenta usada pela equipa que trata o processo de implementação e desenvolvimento da estratégia municipal de oferta formativa (EMOF), uma vez que permite contextualizar as informações que nos foram fornecidas pelos parceiros desta atividade, permitindo que se analise e devolva uma resposta às necessidades levantadas ao longo do desenvolvimento desta iniciativa.

Geralmente é uma ferramenta utilizada após um encontro quer com as associações parceiras, quer com as escolas, de forma a sintetizar o que foi discutido, a perceber quais os constrangimentos levantados pelas mesmas, assim como sugestões destas para a resolução destes constrangimentos, o que permite à equipa encarregue da EMOF perceber quais as oportunidades para continuar a evoluir esta e assim poder sugerir novas propostas, ou novas medidas a serem implementadas. Este instrumento permitiu-me fazer exercícios de síntese e procurar encontrar soluções possíveis para os constrangimentos que encontrava, centrando-se como a atividade mais comum na minha intervenção e que me fez conhecer mais sobre os objetivos e a importância do bom planeamento de uma estratégia como a EMOF.

Tabela 5 - Quadro para Diagnóstico Setorial dos vários setores profissionais e de ensino profissional do município

REUNIÃO SETORIAL				
	CONSTRANGIMENTOS	OPORTUNIDADES	SUGESTÕES APONTADAS	PROPOSTAS/NOVAS MEDIDAS
REPRESENTANTES DE UM DETERMINADO SETOR				
PROFESSORES DE UM DETERMINADO SETOR				

4.3 – Carta Educativa

Dentro do contexto das políticas de descentralização e da correspondente atribuição de autonomia no contexto escolar às escolas e às autarquias por parte do Estado, surgem as Cartas Educativas como meio de reordenamento e requalificação das redes educativas municipais.

As Cartas Educativas concelhias correspondem a

“instrumentos de ordenamento e planeamento que visam a adequação da rede educativa às orientações da política educativa, a utilização mais eficiente dos recursos e a complementaridade das ofertas educativas, a correção de desigualdades e assimetrias locais e regionais, assegurar a igualdade de oportunidades de educação pré-escolar e de ensino a todas as crianças e alunos, o ajustamento, em permanência, entra a oferta e a procura educativas e a qualidade do estado físico e funcional dos edifícios” (Câmara Municipal de Matosinhos, 2022, 20 de junho).

Segundo Martins (2005, p.139), a Carta Educativa *“resulta da iniciativa da Câmara Municipal, é a tentativa de superação destas ambiguidades e conflitualidades”,* provenientes da política de evolução da rede educativa municipal, *“através da leitura*

lúcida, politicamente consistente e tecnicamente rigorosa, das realidades sociais, dinâmicas e capacidade de intervenção dos actores sociais” (idem, 2005, p.139).

É notável a importância que as cartas educativas trazem para a intervenção autárquica junto da sua comunidade na procura pela inovação e evolução do parque educativo concelhio. A autonomia promovida pelas cartas educativas vem também possibilitar à autarquia repensar os processos de orientação e valorização para e do sucesso escolar, permitindo desde já criar um desenho sobre a realidade educativo do concelho, o que será um ponto de partida para trabalhar na criação de ideias e soluções para contrariar certas tendências, nomeadamente o abandono escolar que está ligado com a fase de transição que surge como base deste relatório.

A autonomia promovida pela Carta Educativa permite à autarquia ter poder para realizar atividades ou propor novas formas de intervenção que possam, em conjunto com as já existentes, consolidar a intervenção e o papel desta como agente facilitador da transição de um/a aluno/a do ensino secundário para o ensino superior.

4.4 – Conselho Municipal da Educação

O Conselho Municipal da Educação é um órgão concelhio que tem por objetivo *“promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo”* (Câmara Municipal de Matosinhos, 2022, 20 de junho).

Este é composto por vários membros, uns com assento permanente durante o mandato autárquico e outros cujo assento tem de ser eleito através de sufrágio, sendo que estes últimos são geralmente os membros que representam as instâncias de ensino concelhias, públicas e privadas.

Este conselho é um órgão bastante importante para a educação pois é nele que se determinam geralmente as decisões de maior impacto e importância nas políticas educativas concelhias. Destas decisões resultam medidas de inovação educativa que têm como objetivo melhorar o panorama educativo concelhio, o que no propósito do meu estágio pode ser interessante dado que neste contexto seria pertinente discutir-se quais as intervenções necessárias e como a colaboração entre a CMM e as escolas secundárias poderia culminar no sucesso do processo de transição entre ciclos.

Com vista o meu trabalho, acho pertinente ter acompanhado de perto todo o processo de sufrágio pois permitiu-me ficar a conhecer quais os representantes de cada ciclo de estudos, assim como perceber até que ponto este órgão pode ter influência nas iniciativas e na discussão dos assuntos que visam mais uma vez a inovação e evolução da educação no município.

5º Capítulo - Análise crítica do acompanhamento dos processos de transição do ensino secundário para o ensino superior

Neste capítulo, tendo em consideração as temáticas da transição entre o ensino secundário e o ensino superior e da orientação vocacional e os objetivos do meu estágio, nomeadamente (i) compreender o papel da autarquia no processo de transição dos/as alunos/as entre o ensino secundário e o ensino superior e (ii) identificar quais os serviços que esta disponibiliza para facilitar esta transição, chegou a altura de analisar e discutir os resultados da minha intervenção.

Assim sendo, este capítulo encontra-se dividido em três secções que remetem para a análise dos serviços da CMM com base nas informações obtidas através da realização das entrevistas, no que diz respeito ao papel que a mesma estabelece de forma a proporcionar melhor condições de acesso e sucesso que garantam uma transição mais facilitada entre o ensino secundário e o ensino superior. A primeira secção, aclara a forma como uma autarquia pode desempenhar um tipo de papel, por vezes mais ativo ou mais passivo, na gestão dos processos de transição dos/as alunos/as, com o objetivo de facilitar os mesmos. A segunda, esmiúça o tipo de serviços que uma autarquia promove na resposta às necessidades levantadas por este processo. E a terceira secção, reflete sobre como o impacto que as dimensões educacional, psicológica e vocacional dos processos de transição pode ser gerido pelas autarquias.

5.1 – Qual o papel de uma autarquia na gestão dos processos de transição?

Através das atividades realizadas no momento de intervenção em contexto de estágio, assim como pelos dados recolhidos, através dos procedimentos metodológicos, tornou-se possível observar dinâmicas e encontrar afirmações que sustentem a resposta ao objetivo deste, nomeadamente o reconhecimento do papel de uma autarquia enquanto agente gestor e possível facilitador dos processos de transição entre o ensino secundário e o ensino superior.

De forma a criar uma primeira imagem que pudesse associar às questões da transição entre estes dois ciclos de ensino, foi necessário recorrer a uma revisão bibliográfica de forma a perceber qual seria o caminho que eu deveria percorrer para

perceber como os processos de transição são geridos, onde maioritariamente estes provêm dos serviços de psicologia e orientação (SPO) das escolas, focando-se essencialmente nos/as alunos/as *“que frequentam o 12º ano e assume privilegiadamente o formato de aconselhamento pontual, ou por solicitação dos alunos, e, ou por encaminhamento dos DT”* (Carita e Peceguina, 2011, p.30).

Os processos de orientação vocacional, como referido anteriormente, são vistos como essenciais na capacitação e empoderamento do/a estudante face à escolha que terá de tomar neste momento de transição. Sendo assim, propus-me a identificar junto dos SPO a forma como abordam o processo de transição entre o ensino secundário e o ensino superior.

O papel da CMM, como agente neste processo de transição, centra-se na disponibilização de recursos humanos, através da afetação de equipas de psicólogos/as recursos humanos às escolas no sentido de providenciar serviços de orientação, facilitando aos/às alunos/as o acesso aos mesmos.

Excerto da entrevista E3
“É assim, eu vejo o trabalho da autarquia, quer dizer em termos deste trabalho específico da orientação, de tomada de decisão, eu acho que o facto de ter técnicos que o possam fazer dentro do contexto educativo é obviamente positivo. E de alguma maneira foi a autarquia e através da autarquia que nós fizemos um trabalho de consultadoria e, portanto, em grupo pensamos o assunto em que abordamos, em que construímos aqui uma ferramenta diferente em termos de intervenção e sem dúvida foi útil porque foi através da autarquia que isso aconteceu. Se calhar se não fosse dessa forma, seria muito mais difícil, mais complicado nós conseguirmos de alguma maneira fazer este tipo de desenvolvimento de trabalho.”

Este excerto comprova, no entanto, que a intervenção da autarquia, nos processos de orientação vocacional, é indireta, promovendo ações de consultadoria que permitem

uma adequação e concertação destes mesmos processos em prol do desenvolvimento da oferta destes serviços.

Ainda que a intervenção da autarquia não tenha um carácter direto, no que diz respeito à criação de atividades diretamente preparadas para este processo de transição, é necessário reconhecer o papel de intervenção exercido para que haja possibilidade destes processos/serviços decorrerem sem grandes constrangimentos.

A par da intervenção indireta, a autarquia desenvolve outras ações relacionadas com o processo de orientação vocacional, com efeito

Excerto da entrevista E2

“Não há uma intervenção ou um papel da autarquia em termos da orientação vocacional, há sim agora o único papel que eu acho que também faz algum sentido é na questão da concertação da oferta formativa concelhia.”

A concertação da oferta formativa concelhia é realizada pela autarquia em conjunto com parceiros após o levantamento das necessidades e da relevância dos cursos que se devem oferecer no concelho. Aqui o papel da autarquia, ainda que bastante interventivo, no levantamento de necessidades e dos interesses dos/as alunos/as, está mais direcionado para o ensino secundário o que pode implicar um desfoque no que diz respeito ao processo de transição para estudantes que pretendam ingressar por uma via de estudos do ensino superior, tendo implicações na promoção de adaptação e contextualização dos/as alunos/as face a uma nova realidade que é usualmente gerida pelos SPO. No entanto, é de realçar que, em contraste com a afirmação anterior, a concertação referida mostra-se relevante e pertinente quanto à inserção no mercado de trabalho dos/as alunos/as que findam a escolaridade obrigatória, particularmente pelas vias do ensino profissional, o que permite acentuar a relevância do papel da autarquia como agente facilitador do processo de transição dos/as alunos/as para o mercado de trabalho.

Assim, quando tentamos perceber qual o papel de uma autarquia na gestão e facilitação do processo de transição entre ciclos de ensino, nomeadamente entre o ensino secundário e o ensino superior, percebemos que existem algumas condicionantes na possível intervenção da mesma, pois apesar da autonomia que dispõe, esta mudança de ciclo pode acontecer para fora da esfera de atuação dos serviços autárquicos. Deste modo, a monitorização das instituições de ensino superior sobre os processos de adaptação dos seus estudantes é uma área de atuação relevante para os processos de transição entre ciclos de ensino.

Assim sendo, o papel de intervenção da autarquia na transição entre o ensino secundário e o ensino superior assume um carácter mais de segundo plano, menos interventivo, e focado na monitorização daquilo que os seus serviços podem fazer, nomeadamente ao nível da exploração das opções do/a aluno/a, antecipando possíveis mudanças no seu dia a dia no ensino superior. Após esta etapa passa a estar incumbido às Faculdades o restante processo de integração e adaptação ao novo contexto.

Neste contexto, serviços das Faculdades devem estar em consonância com o trabalho realizado pela autarquia, de forma que exista uma colaboração por parte de todos, com o objetivo de preparar e desenvolver uma resposta acertada que permita uma adaptação e transição mais fácil por parte dos/as alunos/as a uma nova realidade, que é o ensino superior.

5.2 – Como estão a ser geridos os serviços da autarquia tendo em consideração o processo de transição para o ensino superior?

Retomando a última ideia da secção anterior, para percebermos um pouco daquilo que está a ser feito por parte da autarquia no que diz respeito ao processo de transição é preciso auscultarmos os seus serviços, dado que é desta forma que a mesma intervém, analisando o que os mesmos fazem para que se possa avaliar se o processo existente é suficiente para responder às questões ligadas à transição.

Como já foi, anteriormente, mencionado, a intervenção da CMM estende-se através de dois serviços, o primeiro refere-se à concertação da oferta educativa concelhia e o segundo refere-se processos de orientação vocacional.

O serviço de concertação da oferta educativa, responde à procura que suscita maior interesse por parte dos/as alunos/as dos cursos. Esta é realizada num trabalho conjunto entre a autarquia e parceiros, tais como a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional. A ANQEP, por exemplo, fornece à autarquia os dados correspondentes às necessidades e relevância dos cursos que têm maior procura na zona metropolitana do Porto, onde o concelho de Matosinhos se insere.

No entanto, quando abordamos a questão do ensino superior, há um parêntesis necessário a fazer devido ao facto de que esta concertação incide essencialmente no ensino técnico e profissional, em detrimento dos outros tipos de ensino. Uma possível explicação pode estar no facto de que o ensino superior, no território de Matosinhos, é representado por apenas três instituições, com as quais não existem ligações estreitas estabelecidas com a autarquia. Por outro lado, a localização de outras instituições de ensino superior, que possam satisfazer a procura dos jovens aquando da transição entre o ensino secundário e o ensino superior estão fora do concelho de Matosinhos.

Excerto da entrevista E2

“Às vezes há uma certa tendência para pensar pequeno ou limitar, por exemplo, nós estamos em Matosinhos, é junto da linha de metro, eu nunca faço o trabalho em termos de exploração do meio só com base na oferta do concelho de Matosinhos, porque obviamente a oferta tem de ir de encontro aos interesses dos alunos.”

Assim, a par da concertação da oferta formativa, a autarquia desenvolve através da exploração e divulgação de informação relativa a estes cursos, a plataforma digital de oferta formativa. O desenvolvimento deste instrumento revela o interesse da autarquia

em tentar manter os/as seus/suas alunos/as dentro do seu próprio território, no eventual prosseguimento de estudos.

Tal como referido no excerto da entrevista E2, o território de Matosinhos acaba por ser rico em recursos que permitam aos jovens adaptar-se e locomover-se para dentro e fora do concelho. No entanto, apesar destas condições, a oferta formativa remete para os cursos que são oferecidos pelas instituições educacionais concelhias, sendo que se compreende face à significativa oferta de cursos para o ensino profissional, em complementaridade com instituições de ensino regular, que existem no território matosinhense.

Quanto ao serviço de orientação vocacional, que se desenvolve através dos gabinetes de SPO estabelecidos nas escolas secundárias, acompanhando de perto o processo de transição, desempenham um papel bem relevante no sentido de auxiliarem o/a aluno/a na procura pela sua escolha que ditará o caminho que irá seguir. Estes serviços são compostos de forma mista, sendo que existem equipas de psicólogos das escolas secundárias que figuram nos quadros de funcionários da CMM e outros que estão empregados apenas pelas escolas.

Assim sendo, começando pelos métodos de intervenção no processo de orientação vocacional, após a auscultação das equipas, foi possível definir um carácter geral de intervenção como uma espécie de monitorização/mediação da escolha do/a aluno/a, através de processos de autorreconhecimento e aquisição e validação das suas competências, no sentido de oferecer ao aluno/a os elementos necessários para a tomada de decisão.

Os próximos excertos testemunham, assim, métodos, técnicas e atividades realizadas pelos SPO das escolas secundárias de Matosinhos.

Quais os seus métodos de intervenção no processo de orientação vocacional?	Excerto da entrevista E2
	“Eu vou a todas as turmas do 12º ano, tenho uma sessão ou duas sessões relativamente ao processo de exames, à inscrição ou à matrícula e é muitas vezes a partir desta sessão que devolvo a eles esta dúvida ou as questões que se tiverem eu estou disponível para organizar. Depois há uns formulários, um papel que é entregue também, no sentido de se eles quiserem inscrevem-se também para as sessões de envolvimento.”
	Excerto da entrevista E3
	“Durante o segundo período (...) fazemos sessões de orientação com todos os décimos primeiros e décimos segundos e também incluímos os cursos profissionais. Não só para falar na questão da das médias das provas de ingresso, mas para também lhes dar a conhecer as formações, os Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP), ou Cursos de Especialização Tecnológica (CET), ou seja, há outras possibilidades. E alertá-los para prazos, para condições que se têm que verificar, caso eles estejam a pensar ou a repensar a tomada da decisão e depois eles procuram-nos individualmente. (...) e por vezes quando o diretor de turma repara que há alunos que persistem e que repetem o ano porque não querem pensar noutro percurso”
	“Nós tentamos e que se costuma fazer aqui até, é uma atividade se chama o próximo passo em que nós convidamos ex-alunos nossos da escola que ficaram colocados. (...) em que os alunos do 12º tiveram possibilidade de colocar questões a eles, convidamos alunos que ficaram colocados em diferentes cursos, uns também deslocados, de uma forma para os aproximar, para os perceber através do discurso de pares para falarem da sua experiência”

Essenciais e comuns a várias escolas são as habituais sessões de esclarecimento, necessárias na introdução ao processo de transição, com vista a dar uma pequena noção de questões relacionadas com a média de ingresso, com o tratamento de dados, com a matrícula, essencialmente questões burocráticas que também fazem parte deste processo. É também nestas sessões que se dão a conhecer plataformas digitais onde os/as alunos/as podem conhecer as médias de ingresso dos últimos colocados dos anos anteriores possibilitando, assim, perceberem onde cada aluno pode ter colocação e qual a média necessária.

Estas sessões revestem-se também de importância, na medida em que, as escolas estendem as sessões aos/às alunos/as dos cursos profissionais, pois existem casos de alunos/as que, através desta via de ensino, pretendem ingressar no ensino superior. Nestas, também, se esclarecem dúvidas quanto a segundas vias de prosseguimento de estudos ao nível pós secundário, tais como os CTesP ou os CET, de forma a satisfazer a procura dos/as alunos/as.

Além das sessões de esclarecimento, necessárias para a introdução neste processo, mas mais focalizadas nos procedimentos administrativos e burocráticos do processo, percebe-se, também, necessário elucidar os/as alunos/as sobre eventuais experiências futuras, no primeiro ano do ensino superior. Com efeito, pelo menos uma escola secundária do concelho promove sessões com ex-alunos/as para que estes alunos/as possam contextualizar os/as colegas, que estão a acabar o ensino secundário, da sua experiência e do seu percurso nesta fase de transição do ensino secundário para o ensino superior. Esta atividade tem como objetivo mostrar aos colegas que é possível realizar esta transição sem grandes percalços e que o sucesso está ao alcance de qualquer um, sendo que a contextualização é o aspeto mais importante, uma vez que promove a desmistificação daquilo que é a transição entre o ensino secundário e o superior.

No entanto, apesar da promoção do trabalho destes serviços, existem sempre limitações que põe em causa o seu funcionamento para um maior número de alunos/as, bem como para um atendimento mais individualizado das necessidades específicas dos/as alunos/as. Com efeito, existe um trabalho individual para promover uma

orientação/mediação de maior qualidade e mais adequada para o/a aluno/a, como é a percepção do/a entrevistado/a E4.

Excerto da entrevista E4

“Eu considero fundamental que nesta fase de transição a escolha assente em três pilares que eu vejo como fundamentais que são os interesses, os valores – o que é importante – e as aptidões. Os alunos ao fazerem este processo, esta introspeção, no sentido de perceberem aquilo que gostam, aquilo em que são bons e aquilo que é importante, vai dar sempre a possibilidade de opções de carreira e tomada de decisão mais alargada baseada num perfil individual. Isto é um processo de autoconhecimento.”

O processo de orientação vocacional, além de ser um processo que leva a uma escolha importante, é um processo que deve permitir ao indivíduo perceber-se e obter uma noção daquilo que são os seus interesses, objetivos e planos não só a curto como também a longo prazo. Por isso, este processo deve também ser um processo de autorreconhecimento e capacitação dos/as alunos/as, como ressalva o/a profissional no excerto anterior.

Apesar de este processo mostra-se já consolidado e com métodos e técnicas adequados e interessantes, existem lacunas que são identificadas pelos/as profissionais, tal como o excerto a seguir evidencia e que podem comprometer o processo de orientação vocacional no ensino secundário, afetando diretamente o processo de transição para o ensino superior.

Excerto da entrevista E3

“Este agrupamento é gigante e nós temos poucos técnicos, aquilo que nós temos conseguido assegurar tem sido todos os quartos anos, todos os nonos anos e depois eu e a colega que está aqui com meio horário, fazemos também no secundário.”

Os gabinetes de SPO focam a sua intervenção, tal como preconizado pela literatura, na fase de transição do ensino básico, nomeadamente do 9º para o 10º ano devido ao maior acesso a estes alunos ao contrário do ensino secundário devido ao cumprimento dos programas educativos (Carita e Peceguina, 2011). No entanto, a transição do 12º ano para o ensino superior acarreta uma carga psicológica substancial, além de que se mostra como não só uma transição académica como também uma transição na vida pessoal o que revela que dever-se-ia ter particular cuidado com a dimensão psicológica da mesma (Seco, Pereira, Dias, Casimiro & Custódia, 2005).

Contudo, a falta de recursos humanos nos SPO compromete as dinâmicas do serviço, dado que muitas vezes, ou na sua maioria, cabe a uma equipa de dois ou três elementos garantir resposta às necessidades de orientação de, em média 600 alunos/as por escola, dificultando a inclusão de um maior número de alunos/as. Neste contexto, o acesso dos/as alunos/as no 12º ano aos SPO apenas é feito através da sinalização pelos diretores de turma ou mesmo pelos serviços de psicologia das escolas.

Excerto da entrevista E2
“No ensino secundário (...) ocorrem, (...) as reorientações, portanto alunos que de repente num determinado prosseguimento de estudos percebem que não é aquele o caminho, tomaram essa decisão, mas que não estão a gostar, que não corresponde e, portanto, há aqui que fazer um trabalho de reorientar para outro percurso.”

Este acompanhamento é determinante pois permite aos/às alunos/as perceber se o caminho que estão a percorrer é o que lhes fará sentido conforme os objetivos estabelecidos por si e para si mesmos, o que pode prevenir que os/as mesmos/as não cheguem ao 12º ano e percebam que todo o percurso académico do ensino secundário não lhes permitirá seguir uma área que lhes seja de maior interesse e para a qual estejam/sejam mais motivados/as.

Apesar destas dificuldades, é necessário reconhecer o trabalho realizado ao longo dos últimos anos pelas equipas inseridas em todo o processo de orientação e respetivo processo de transição.

5.3 – Como é que as dimensões educacional, psicológica e vocacional dos processos de transição podem ser geridas pelas autarquias?

Após a análise do papel da autarquia no processo de transição e das dinâmicas dos seus serviços neste mesmo processo, é importante agora explorar as necessidades e as oportunidades de melhorar esta intervenção. Com base nas entrevistas realizadas no âmbito do meu estágio, procedemos, em seguida, a uma reflexão sobre a gestão dos processos de transição pela autarquia.

5.3.1 – Dimensão Educacional

A melhoria da gestão dos processos de orientação vocacional e também do processo de transição focam-se nos aspetos da educação formal e não formal, sobretudo ao nível da oferta do sistema, dos estabelecimentos de ensino e da câmara municipal. Apesar da intervenção da autarquia e da gestão autónoma de determinadas iniciativas já não estar totalmente sobre alçada governamental, existem ainda determinadas particularidades que têm um carácter geral no sistema de ensino português. O sistema de ensino português obriga a que os/as alunos/as tomem determinadas decisões sobre o seu percurso académico ao longo dos ciclos que percorrem que poderão ter uma influência pouco flexível no restante percurso, tal como menciona o entrevistado da E4.

Excerto da entrevista E4

“Primeiro o sistema de ensino em Portugal deveria ser um bocadinho mais flexível que permitisse aqui uma melhor escolha e uma melhor tomada de decisão e ajudaria na resolução de algumas dúvidas que fazem parte do percurso”

Com efeito, um/a aluno/a que esteja a entrar para o ensino secundário terá de decidir qual a via de ensino que pretende seguir num cenário em que há um certo número de disciplinas a que deverá ser aprovado/a, com a melhor classificação possível, caso pretenda posteriormente prosseguir os estudos. No entanto, o seu desempenho escolar pode não corresponder às expectativas e a inflexibilidade do sistema de ensino não permite aos/às alunos/as explorar as suas escolhas até ao final do ensino secundário.

5.3.1.1 – Nova formulação do Currículo no Ensino Secundário

Ao longo dos últimos anos, mais concretamente desde 2019, o Governo português e o Ministério da Educação têm vindo a discutir a possibilidade de os/as alunos/as poderem escolher as disciplinas que constariam no seu currículo durante o Ensino Secundário, ou seja, em vez das tradicionais escolhas pelas áreas como as Ciências e Tecnologias, Línguas e Humanidades, Ciências Socioeconómicas e Artes, existiria a possibilidade de os/as alunos/as terem uma escolha mais flexível quanto às disciplinas do seu currículo com uma mescla de disciplinas das diferentes áreas, o que poderia permitir um leque mais abrangente de experiências, no caso da escolha futura no ensino superior ainda não estar bem definida.

Numa portaria publicada em Diário da República, a 17 de dezembro de 2021, o Conselho de Ministros promove a criação de um programa que envolverá as escolas com planos de inovação aprovados pelo Ministério da Educação, onde começam a existir projetos em fase piloto para introduzir esta nova realidade.

A nova formulação do currículo baseia-se nos princípios de flexibilidade e autonomia conferidos às escolas e aos agrupamentos de escolas em Portugal, permitindo-lhes, à luz deste novo projeto, assumirem a gestão de mais de 25% da carga horária dos/as alunos/as, redistribuindo este tempo por outras disciplinas ou por fusão de disciplinas de diferentes áreas científico-humanísticas, oferecendo a possibilidade aos/às alunos/as de construírem o seu curso, criando dinâmicas de aproximação aos interesses dos mesmos,

com o propósito de aumentar a sua motivação e o seu interesse e na perspetiva de os capacitar para as escolhas futuras.

Neste sentido, parece ser relevante discutir esta proposta de inovação no âmbito da transição para o ensino superior, devido ao facto de que muitas vezes os/as alunos/as apresentam dúvidas e falta de motivação durante o ensino secundário porque, apesar de quererem prosseguir os estudos na Universidade, sentem que estão a ser pressionados a escolher uma via de ensino que os encaminha para uma determinada área, quando poderiam querer deixar em aberto outras opções.

Neste contexto, a câmara municipal pode disponibilizar e adequar recursos humanos, organizacionais e de outros tipos, no sentido de atender à flexibilização curricular e às necessidades dos/as alunos nos processos de transição, tal como perspetiva o/a entrevistado/a E2.

Excerto da entrevista E2
“O que é que a CMM poderia procurar? Perceber que recursos é que tem, que recursos materiais é que tem, que recursos organizacionais é que tem e daí fazer uma oferta que seja uma oferta de excelência. Vai buscar se calhar alunos fora do concelho de Matosinhos também para a sua oferta. Vêm alunos do Porto e da Maia, da mesma forma que os nossos podem ir para outro local. Isto é permeável, não nos vamos fechar com os nossos alunos e esquecer que há outros alunos também”

São exemplos desta exploração dos recursos, a disponibilização de mais meios humanos que possam intervir nos diferentes processos e iniciativas, como o processo de orientação vocacional, onde o mesmo é conduzido por psicólogos/as, mas que podem ser acompanhados por outros profissionais de áreas ligadas à educação, que tenham capacidade para desempenharem funções de auxílio neste processo. Por outro lado, na concertação da oferta formativa concelhia, poder-se-ia expandir a informação sobre a

oferta, indo de encontro aos interesses dos/as alunos/as e procurando estreitar a colaboração com autarquias vizinhas.

5.3.2 – Dimensão Psicológica

A dimensão psicológica foca-se nas questões não académicas do processo de transição entre o ensino secundário e o ensino superior, designadamente as emoções e os sentimentos que possam comprometer a adaptação na transição académica.

Com efeito, as questões relacionadas com o estado psicológico de uma pessoa num processo de transição na sua vida são determinantes no desfecho deste (Seco, Pereira, Dias, Casimiro & Custódia, 2005).

Nas entrevistas, um dos aspetos que foi referido, na entrevista E1, assenta na questão da motivação de um/a aluno/a no momento de transição entre o ensino secundário e o ensino superior.

Excerto da entrevista E1

“A questão da motivação dos alunos, para às vezes se interessarem e poderem aumentar a sua motivação na escola, uma boa orientação, um aluno que está desmotivado, seja no oitavo, seja no nono ano, se for feita uma boa orientação no sentido de ele perceber e ter um objetivo a atingir na vida, é uma coisa que vai certamente ser favorável e facilitadora. E, a questão também do sucesso escolar, uma boa orientação é fundamental para que as coisas corram bem e o grande problema que nós temos, é muitas vezes nós fazermos um processo de orientação escolar e profissional e a sugestão que nós damos ao fazermos a orientação não é tida em consideração”
--

Os processos de orientação vocacional podem ser determinantes para o/a estudante se sentir capaz e confiante para o momento de transição, assim como durante todo o percurso académico. O/A orientador/a tem a possibilidade de conseguir ajudar um/a aluno/a que se sinta desmotivado, fazendo com que o mesmo perceba o que lhe está

a causar esta emoção e que consegui perceber de que forma pode ultrapassar este obstáculo. Com isto, pretende-se demonstrar que a questão da dimensão psicológica do sujeito acaba por também ter um papel determinante nesta etapa de transição. Por isso, o processo de orientação vocacional poderia focar-se também no estado emocional do/a aluno/a. Assim, tal como o conteúdo das entrevistas reflete, as lacunas de recursos humanos não permitem sempre intervir nestas situações, o que mostra que deverá existir uma maior individualização na gestão dos processos de transição.

5.3.3 – Dimensão Vocacional

A melhoria da dimensão vocacional dos processos de transição pode tirar partido do facto de os elementos das equipas municipais dos SPS poderem trabalhar em colaboração. Desta forma, o processo de orientação vocacional tornar-se-ia mais capacitado e produtivo, sendo que podem também replicar dinâmicas entre si. Neste contexto, a autarquia pode ter um papel de mediação destas colaborações, além de que pode ser interessante os próprios serviços educacionais da autarquia implementarem atividades para os/as alunos/as participarem. De facto, o excerto seguinte revela a perspetiva de um/a profissional sobre uma atividade desenvolvida pelo município, onde este/a sugere a replicação de uma iniciativa que achou bastante pertinente.

Excerto da entrevista E3

“Eu gostei tanto da iniciativa do SAGAZ, tanto que nós aqui, eu e a minha outra colega fizemos a formação com o doutor Alberto (nome fictício) também nesta questão de gestão de carreiras, que seria interessante conseguir-se replicar. Eu entendo que os números são diferentes entre os alunos dos cursos profissionais relativamente aos científico humanísticos, mas pensando só até nesta questão dos alunos do 12º ano, seria interessante pensar-se num projeto deste género aqui, de se conseguir estes mentores para ir acompanhando os alunos. Por isso, acho que a intervenção do Rúben com as

outras colegas do ensino secundário, pois isso poderia ser algo até em grande grupo, não é? Juntamente com a autarquia e as escolas, os serviços de psicologia das escolas e das faculdades, porque aí será inevitável pensar se como fazer esta articulação e esta gestão.”

O projeto SAGAZ, consistiu numa atividade de mentoria com a participação os/as alunos/as e de empresas colaboradoras. Neste projeto os/as alunos/as visitam as empresas com o objetivo de perceber o conteúdo funcional de uma determinada profissão, sendo uma atividade mais ligada aos cursos profissionais, no que diz respeito à gestão e orientação de carreira. No entanto, uma atividade da mesma natureza pode ser igualmente relevante para os/as alunos/as de outras vias de ensino, por exemplo, aos/as alunos/as do 12ºano. O facto de o número de alunos/as do ensino secundário não profissional ser bastante superior ao número de alunos/as do profissional, pode constituir um obstáculo, mas poder-se-ia tentar encontrar uma alternativa, envolvendo as instituições de ensino/formação, empresas e escolas secundárias, em conjunto com a autarquia, com o objetivo de explorar as ofertas vocacionais que estão disponíveis.

Em suma, é possível explorar o papel da autarquia na gestão dos processos de transição, no entanto, as perceções alunos/as do ensino secundário e outros/as que estejam já no ensino superior, bem como das famílias pode ser relevante no sentido de aprofundar o conhecimento sobre as necessidades relacionadas com os processos de transição do ensino secundário ou pós secundário para o ensino superior e/ou mercado de trabalho.

Considerações Finais

O presente capítulo, serve de etapa de reflexão sobre o estágio e de como este desenvolveu as minhas competências em relação à minha formação académica, profissional e pessoal que findam este ciclo de estudos – Mestrado em Ciências da Educação.

Considerações finais sobre o estágio

Na sequência do trabalho realizado ao longo de quatro meses de estágio na Divisão de Inovação Educativa e Pedagógica da CMM, chega o momento de concluir sobre se os objetivos estabelecidos para a minha intervenção foram ou não alcançados, enunciando, caso necessário, qualquer constrangimento que tenha eventualmente surgido.

Considerando o objetivo principal do estágio, centrado em perceber qual o papel da autarquia no processo de transição entre o ensino secundário e o ensino superior, a sua prossecução leva-me a considerar que a sua ação como facilitador se estabelece como um papel de mediador. Com efeito, as iniciativas de monitorização dos serviços que dispõe como os SPO ou a oferta formativa concelhia, são exemplos que podem promover a transição dos/as alunos/as entre ciclos de ensino. Adicionalmente, o papel de mediação da autarquia, através a disponibilização dos recursos para os processos de orientação vocacional, concorre diretamente para a eficácia da gestão dos processos de transição.

No entanto, a escassez de recursos humanos no que diz respeito às equipas de SPO, parece estar a impedir que os SPO abranjam um maior número de alunos/as e que se implementem abordagens mais individualizadas aos processos de transição. Quanto aos recursos materiais, incluindo os recursos digitais e interativos, permitindo que se encontrem novas formas de inovar e evoluir em prol do sucesso educativo vão ao encontro das dinâmicas da DIEP e do DE.

Por outro lado, é notório que os SPO e a equipa que está encarregue da concertação da oferta formativa concelhia têm o seu trabalho organizado e preparado para quaisquer situações que lhes possam surgir e estão sempre prontas para auxiliar qualquer aluno/a neste processo.

Por exemplo, no caso da plataforma digital da rede de oferta formativa concelhia, a mesma permite que as pessoas entrem em contacto com os serviços da autarquia de forma a clarificarem qualquer dúvida que lhes seja suscitada.

Quanto à prossecução do objetivo relacionado com a identificação dos instrumentos e métodos utilizados de forma a facilitar o processo de transição dos/as alunos/as por parte da autarquia, verifica-se que os serviços autárquicos afetos a este processo, têm vindo a dar resposta. Por outro lado, a análise da informação recolhida e análise das entrevistas possibilitou fazer algumas reflexões acerca do papel da autarquia no processo de transição entre o ensino secundário e o ensino superior, sendo que há aspetos positivos e aspetos negativos relacionados com possíveis lacunas em determinados serviços. De qualquer forma, uma próxima etapa, tendo em vista a melhoria dos processos de gestão da transição dos/as alunos/as passaria pela auscultação dos/as alunos/as que estão a acabar o ensino secundário, ou que estão nos primeiros anos do ensino superior, de forma a compreender as perceções e as necessidades dos/as alunos/as neste processo de transição.

No que diz respeito a constrangimentos, é possível identificar a dificuldade que encontrei em obter as respostas das equipas de SPO para a realização das entrevistas, sendo que duas das equipas de duas escolas secundárias não me responderam ao contacto estabelecido.

Em suma, considero que dentro da minha intervenção no meu contexto de estágio, o trabalho realizado pode induzir a possível reformulação nos processos que são desenvolvidos, nomeadamente ao nível da diversificação dos recursos humanos disponibilizados para o processo de orientação vocacional e na promoção de novas atividades para todas as vias de ensino como as que são produzidas para o ensino profissional no município (E4).

O contributo do meu estágio para a construção da profissionalização em Ciências da Educação

A conclusão do meu estágio leva a considerar que o papel dos profissionais em ciências da Educação não é reconhecido pelos órgãos de gestão educativa pública, nomeadamente as competências de mediação, conceção, gestão e avaliação de projetos, podendo estes profissionais atuar em conjunto com outros de outras áreas, desenvolvendo um trabalho de acompanhamento, que possa dar resposta às necessidades de determinados contextos.

No que diz respeito à profissionalização relacionada com o contexto de estágio onde estive inserido, a maioria dos/as colaboradores/as têm um grau académico relacionado com a área da psicologia, sendo que os profissionais em CE poderiam também desempenhar junto destes serviços funções de acompanhamento e planificação das atividades.

Uma área que me despertou particular interesse e que penso que um/a profissional das CE poderia desempenhar diz respeito aos serviços de orientação vocacional, onde este/a poderia auxiliar no planeamento e levantamento de necessidades, assim como na preparação e implementação de novas dinâmicas e atividades, complementando assim estas equipas que em certos casos carecem de recursos humanos onde poderíamos ser integrados.

Como licenciado e futuro mestre em CE, o estágio foi, sem dúvida, uma mais-valia para a minha formação académica, profissional e pessoal. Trata-se de um primeiro contacto com o contexto profissional, onde pude intervir e discutir sobre determinadas situações e atividades, podendo observar e desenvolver dinâmicas reais, a aquisição de novas competências e sobretudo a oportunidade de experienciar o que é estar dentro de um órgão autárquico e perceber como é o seu dia a dia e como é o dia a dia de um profissional em contexto laboral. Ao nível da minha formação pessoal, o estágio permitiu-me também amadurecer e criar um novo sentido de responsabilidade, além de um autorreconhecimento de mim mesmo, apesar de em certos momentos ter duvidado de mim, mas finalmente sinto que voltei a acreditar naquilo que sou capaz de realizar.

Por fim, fazendo uma retrospectiva daquilo que foi a minha intervenção no contexto de estágio devo assumir que foi uma experiência que me cativou e agradou

bastante, considerando a mesma bastante positiva como também elucidar-me sobre a minha profissão e despedir-me da vida académica. Foi um prazer!

Referências Bibliográficas

Abrantes, Pedro. (2005). As Transições entre Ciclos de Ensino: entre Problema Social e Objecto Sociológico. CIES/ISCTE.

Almeida, Leandro. (2007). Transição, Adaptação Académica e Êxito Escolar no Ensino Superior. Revista Galego-Portuguesa de Psicología e Educación.

Almeida, Leandro, Guisande, M. Adelina, Soares, Ana, & Saavedra, Luísa. (2006). Acesso e Sucesso no Ensino Superior em Portugal: Questões de Género, Origem Socio- Cultural e Percurso Académico dos Alunos. Psicologia: Reflexão e Crítica, 19(3), 507-514.

Amado, João. (2014). Manual de investigação qualitativa em educação. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Azevedo, Ângela & Faria, Luísa. (2001). Impacto das condições pessoais e contextuais na Transição do Ensino Secundário para o Ensino Superior.

Câmara Municipal de Matosinhos. (2022, 20 de junho). Carta Educativa. <https://www.cm-matosinhos.pt/servicos-municipais/educacao/carta-educativa>.

Câmara Municipal de Matosinhos. (2022, 20 de junho). Conselho Municipal de Educação. <https://www.cm-matosinhos.pt/servicos-municipais/educacao/conselho-municipal-de-educacao>.

Câmara Municipal de Matosinhos. (2022, 20 de junho). Rede de Oferta Educativa e Formativa. <https://www.cm-matosinhos.pt/servicos-municipais/educacao/rede-de-oferta-educativa-e-formativa>.

Cabrito, Belmiro. (2011). O Ensino Superior em Portugal: Percursos Contraditórios. Revista Educativa, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 209-227.

Cardoso, Paulo. (2015). Orientação vocacional e escolaridade obrigatória. Estado da Educação 2014. Conselho Nacional de Educação. <http://hdl.handle.net/10174/16094>.

Carita, Ana & Pecehuina, Inês. (2011). A Orientação Vocacional no Sistema Público Português – Estudo de caso numa escola com percursos diversificados de formação.

Carvalho, A. O. A. (2019). Título da Dissertação [Serviço Educativo do Centro Multimeios de Espinho: o lugar da cultura e da ciência na educação não- formal].

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Grau de Mestre.

Correia, Maria. (2009). A Observação Participante enquanto Técnica de Investigação. *Pensar Enfermagem*, Vol.13, nº2.

Diferencial. (2022, 20 de junho). Orientação Vocacional para Alunos do 9º, 12º ano e Ensino Superior. <https://diferencialpsicologico.com/index.php/component/sppagebuilder/28-orientacao-vocacional-para-alunos-do-9-12-ano-e-ensino-superior>.

Fortin, M. F. (2009). O Processo de Investigação da concepção à realização, 5ª Edição. Loures: Lusociência.

Martins, Édio. (2005). Carta Educativa: Ambiguidades e Conflitualidades. *Revista Lusófona de Educação*, 6, p. 139-151.

Pizzani, Luciana, Rosemary, Cristina, Bello, Suzelei, Hayashi, Maria. (2012). A Arte da Pesquisa Bibliográfica na busca do Conhecimento. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v.10, n.1, p.53-66.

Ribeiro, Marcelo & Uvaldo, Maria. (2007). Frank Parsons: Trajetória do pioneiro da orientação vocacional, profissional e de carreira. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 8 (1), pp. 19 - 31

Sampieri, Roberto, Collado, Carlos & Lúcio, María. (2006). Metodologia de Pesquisa, Ed. McGraw Hill, São Paulo, 3 ed. Capítulo 3.

Seco, Graça, Pereira, Isabel, Dias, Isabel, Casimiro, Mafalda & Custódio, Susana. (2005). Para uma abordagem psicológica da transição do Ensino Secundário para o Ensino Superior: Pontes e alçapões. *Revista Psicologia e Educação*, Vol. IV, nº1, dezembro 2005.

Silva, Laura. (2016). Estudo sobre a Orientação Vocacional e Profissional – Escolhas. *Psicologia Escolar e Educacional*, SP. Volume 20, Número 2, pp. 239-244.

Silva, Maria & Costa, Maria. (2005). Desenvolvimento psicossocial e ansiedades nos jovens. *Análise Psicológica*, 2(23), 111-127.

Tavares, D. (2012). Título da dissertação [Adaptação ao Ensino Superior e Otimismo em Estudantes do 1º ano]. Universidade Fernando Pessoa. Grau de mestre.

ANEXOS

Anexo 1- Declaração de consentimento informado

Caro/a senhor/a,

No âmbito do 2º ano do Curso de Mestrado em Ciências da Educação, lecionado pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, estou a realizar um estudo com o tema “Os Processos de Orientação Vocacional do 12ºano: Como promover uma melhor adaptação ao Ensino Superior?”, cujo objetivo principal é perceber de que formas as escolas secundárias, em conjunto com os departamentos de educação das autarquias, facilitam o ingresso dos estudantes que terminam o Ensino Secundário e que pretendem ingressar no Ensino Superior, tendo um papel de influência no sucesso académico dos mesmos.

Asseguro que serão mantidos o anonimato e a confidencialidade dos seus dados, pois consagro como obrigação e dever o sigilo profissional, assim como, comprometo-me a eliminar quaisquer gravações/ respostas a questionário no final do estudo.

Assim, o entrevistado:

1. Declara que todos os procedimentos relativos à investigação em curso foram claros e responderam de forma satisfatória a todas as suas questões.
2. Compreende que tem o direito de colocar, agora e no desenvolvimento do estudo, qualquer questão sobre o mesmo e os métodos a utilizar.
3. Percebe as condições e procedimentos, vantagens e riscos em participar neste estudo.
4. Considera que lhe foi assegurado que os processos que dizem respeito ao estudo serão guardados de forma confidencial e que nenhuma informação será publicada ou comunicada, colocando em causa a sua privacidade e identidade.
5. Compreende que é livre de abandonar o estudo a qualquer momento.
6. Depois de devidamente informado(a) autoriza a participação neste estudo.

Data: ____/____/2022

Nome do/a Participante: _____

Nome do entrevistador: _____

Assinatura do/a Participante: _____

Assinatura do Entrevistador: _____

Anexo 2 – Guião das Entrevistas

Objetivo Geral: Compreender como é que as estratégias desenvolvidas pela Câmara de Matosinhos apoiam os/as estudantes e as suas famílias no processo de transição entre do ensino secundário e o ensino superior.

Blocos	Objetivo do Bloco	Questões Orientadoras	Perguntas de Recurso e de Aferição
Bloco 1 Legitimação de entrevista	Explicar a situação. Criar ambiente propício à entrevista	1. Agradecer a disponibilidade;	
		2. informar sobre o uso do gravador;	
		3. explicitar o problema, o objetivo e os benefícios do estudo;	
		4. colocar o entrevistado na situação de colaborador;	
		5. garantir confidencialidade dos dados;	
		6. explicar o procedimento.	
Bloco 2 Razões e motivações que levaram o entrevistado a optar	Compreender se existe alguma experiência marcante que levou o entrevistado a escolher a área em questão	Fale sobre as suas experiências antes de ser profissional de OV	1. O que o levou a profissionalizar-se no mundo da orientação

pela profissionalização na área da Orientação Vocacional/ de Carreira			vocacional/ de carreira?
Bloco 3 Experiências e expectativas	Compreender quais as experiências que marcaram a vida profissional dos entrevistados, assim como permitem caraterizar/modelar o processo de OV.	Fale sobre o que as suas experiências enquanto profissional de OV	1. Em que medida é que a partir da sua experiência considera que o processo de orientação vocacional é proveitoso para os/as alunos/as?
	Perceber do ponto de vista dos entrevistados, sendo considerada a experiência profissional dos mesmos, quais as expectativas que estes têm sobre o presente e futuro do processo de OV.	Fale sobre o que espera ou para que considera ser importante o processo de OV	2. Que expectativas tem para o futuro do processo de a orientação vocacional? No sentido de existirem desenvolvimentos para o aperfeiçoamento deste, ou seja, das suas estratégias.

Bloco 4 Perceções que retira sobre OV	Obter dados sobre a Prática do processo de OV	Fale sobre o que o processo de OV é para si	1. Qual a sua opinião em relação ao processo de orientação vocacional/ de carreira pelo que se realiza até ao momento?
	Compreender o papel que as autarquias e as escolas têm no processo de OV a partir do ponto de vista de um profissional.	Fale sobre o envolvimento das escolas e do município no processo de OV	2. Em que medida é que a autarquia e as escolas são envolvidas neste processo?
		Fale sobre as necessidades que julga estarem inerentes ao processo de OV e o que as entidades de formação/ educação fazem por isso	3. Considera que a proposta de orientação vocacional/ de carreira implementada, pelas autarquias e pelas escolas ou só pelas escolas, é adequada às necessidades?

			4. Como perceciona a intervenção das autarquias nos processos de orientação vocacional, caso considere que esta intervenção exista? Tem alguma recomendação a fazer?
Bloco 5 Métodos/ Procedimentos da OV	Auscultar quais os métodos/técnicas/procedimentos que o entrevistado usa na prática profissional Ex. Exercícios, questionários, etc.	Fale um pouco dos métodos que usa na sua prática profissional	1. Quais os seus métodos de intervenção neste processo?
		Usualmente quais são os resultados que se pode retirar do processo de OV com base na sua experiência	2. Tem ideia dos resultados resultantes deste tipo de orientação? Pode falar um pouco sobre eles?
Bloco 6 Influência da OV na transição para o Ensino Superior	Perceber como o entrevistado considera ou não considera que exista uma influência da OV na transição para o Ensino Superior	Fale sobre a sua opinião sobre o processo de OV no 12º com vista a transição para o Ensino Superior	1. Acha que o processo de orientação vocacional/ de carreira pode

			influenciar os alunos na sua adaptação/ transição para o ensino superior? Se sim de que formas?
Bloco 7 Síntese e metarreflexão sobre a própria entrevista. Agradecimentos	Captar o sentido que o entrevistado dá à própria situação da entrevista	O que pensa dos objetivos desta mesma investigação, e como vê o contributo que pode dar à mesma.	Gostaria de acrescentar mais alguma coisa ao que foi dito?

Anexo 3 - Registo de análise de conteúdo das entrevistas realizadas

Blocos	Perguntas de Recurso e de Aferição	Transcrição
Bloco 3 Experiências e expectativas	Em que medida é que a partir da sua experiência considera que o processo de orientação vocacional é proveitoso para os/as alunos/as?	“No ensino secundário há 3 situações que ocorrem, uma são as reorientações, portanto alunos que de repente num determinado prosseguimento de estudos percebem que não é aquele o caminho, tomaram essa decisão, mas que não estão a gostar, que não corresponde e, portanto, há aqui que fazer um trabalho de reorientar para outro percurso.” E2 “A questão da motivação dos alunos para às vezes se interessarem e poderem aumentar a sua motivação na escola, uma boa orientação, um aluno que está desmotivado, seja no oitavo, seja no nono ano, se for feita uma boa orientação no sentido de ele perceber e ter um objetivo a atingir na vida, é uma coisa que vai certamente ser favorável e facilitadora. E, a questão também do sucesso escolar, uma boa orientação é fundamental para que as coisas corram bem e o grande problema que nós temos, é muitas vezes nós fazermos um processo de orientação escolar e profissional e a sugestão que nós damos ao fazermos a orientação não é tida em consideração.” E1

		“O que é que a CMM poderia procurar? Perceber que recursos é que tem, que recursos materiais é que tem, que recursos organizacionais é que tem e daí fazer uma oferta que seja uma oferta de excelência. Vai buscar se calhar alunos fora do concelho de Matosinhos também para a sua oferta. Vêm alunos do Porto e da Maia, da mesma fora que os nossos podem ir para outro local. Isto é permeável, não nos vamos fechar com os nossos alunos e esquecer que há outros alunos também.” E2
	Que expectativas tem para o futuro do processo de a orientação vocacional? No sentido de existirem desenvolvimentos para o aperfeiçoamento deste, ou seja, das suas estratégias.	“Primeiro o sistema de ensino em Portugal deveria ser um bocadinho mais flexível que permitisse aqui uma melhor escolha e uma melhor tomada de decisão e ajudaria na resolução de algumas dúvidas que fazem parte do percurso.” E4 “Eu gostei tanto da iniciativa do SAGAZ, tanto que nós aqui, eu e a minha outra colega fizemos a formação com o doutor Artur também nesta questão de gestão de carreiras, que seria interessante conseguir-se replicar. Eu entendo que os números são diferentes entre os alunos dos cursos profissionais relativamente aos científico humanísticos, mas pensando só até nesta questão dos alunos do 12º ano, seria interessante pensar-se num projeto deste género aqui, de se conseguir estes mentores para ir acompanhando os alunos. Por isso, acho que a intervenção do Rúben com as outras colegas do ensino secundário, pois isso poderia ser algo até em grande grupo, não é? Juntamente com a autarquia e as

		escolas, os serviços de psicologia das escolas e das faculdades, porque aí será inevitável pensar se como fazer esta articulação e esta gestão.” E3
Bloco 4 Perceções que retira sobre OV	Qual a sua opinião em relação ao processo de orientação vocacional/ de carreira pelo que se realiza até ao momento?	“Este grupamento é gigante e nós temos poucos técnicos, aquilo que nós temos conseguido assegurar tem sido todos os quartos anos, todos os nonos anos e depois eu e a colega que está aqui com meio horário, fazemos também no secundário.” E3
	Em que medida é que a autarquia e as escolas são envolvidas neste processo?	“É assim, eu vejo o trabalho da autarquia, quer dizer em termos deste trabalho específico da orientação, de tomada de decisão, eu acho que o facto de ter técnicos que o possam fazer dentro do contexto educativo é obviamente positivo. E de alguma maneira foi a autarquia e através da autarquia que nós fizemos um trabalho de consultadoria e, portanto, em grupo pensamos o assunto em que abordamos, em que construímos aqui uma ferramenta diferente em termos de intervenção e sem dúvida foi útil porque foi através da autarquia que isso aconteceu. Se calhar se não fosse dessa forma, seria muito mais difícil, mais complicado nós conseguirmos de alguma maneira fazer este tipo de desenvolvimento de trabalho.” E3

		“Não há uma intervenção ou um papel da autarquia em termos da orientação vocacional, há sim agora o único papel que eu acho que também faz algum sentido é na questão da concertação da oferta formativa concelhia.” E2
	Considera que a proposta de orientação vocacional/ de carreira implementada, pelas autarquias e pelas escolas ou só pelas escolas, é adequada às necessidades?	“Às vezes há uma certa tendência para pensar pequeno ou limitar, por exemplo, nós estamos em Matosinhos, é junto da linha de metro, eu nunca faço o trabalho em termos de exploração do meio só com base na oferta do concelho de Matosinhos, porque obviamente a oferta tem de ir de encontro aos interesses dos alunos.” E2
Bloco 5 Métodos/ Procedimentos da OV	Quais os seus métodos de intervenção neste processo?	“Eu vou a todas as turmas do 12º ano, tenho uma sessão ou duas sessões relativamente ao processo de exames, à inscrição ou à matrícula e é muitas vezes a partir desta sessão que devolvo a eles esta dúvida ou as questões que se tiverem eu estou disponível para organizar. Depois há uns formulários, um papel que é entregue também, no sentido de se eles quiserem inscrevem-se também para as sessões de envolvimento.” E2 “Durante o segundo período (...) fazemos sessões de orientação com todos os décimos primeiros e décimos segundos e também incluimos os cursos profissionais. Não só para falar na questão da das médias das provas de ingresso, mas para também lhes dar a conhecer as formações, os CTesP, ou CET, ou seja, há outras possibilidades. E

		alertá-los para prazos, para condições que se têm que verificar, caso eles estejam a pensar ou a repensar a tomada da decisão e depois eles procuram-nos individualmente. (...) e por vezes quando o diretor de turma repara que há alunos que persistem e que repetem o ano porque não querem pensar noutra percurso” E3 “Nós tentamos e que se costuma fazer aqui até, é uma atividade se chama o próximo passo em que nós convidamos ex-alunos nossos da escola que ficaram colocados. (...) em que os alunos do 12º tiveram possibilidade de colocar questões a eles, convidamos alunos que ficaram colocados em diferentes cursos, uns também deslocados, de uma forma para os aproximar, para os perceber através do discurso de pares para falarem da sua experiência” E3
Bloco 6 Influência da OV na transição para o Ensino Superior	Acha que o processo de orientação vocacional/ de carreira pode influenciar os alunos na sua adaptação/ transição para o ensino superior? Se sim de que formas?	“Eu considero fundamental que nesta fase de transição a escolha assente em três pilares que eu vejo como fundamentais que são os interesses, os valores – o que é importante – e as aptidões. Os alunos ao fazerem este processo, esta introspeção, no sentido de perceberem aquilo que gostam, aquilo em que são bons e aquilo que é importante, vai dar sempre a possibilidade de opções de carreira e tomada de decisão mais alargada baseada num perfil individual. Isto é um processo de autoconhecimento.” E4